

TEOLOGIA SISTEMÁTICA II

S.T.N.B - Unidade de Santa Bárbara d'Oeste

Prof. Sila Rabello - 2013

Desenvolvimento Temático:

Unidade I – O que cremos acerca do Pecado

Definição e origem do pecado

Dupla natureza do pecado

Ser humano, pecado e Salvação.

Unidade II – O que cremos acerca da Pessoa e Obra de Cristo.

A vida de Cristo

Os estados e ofícios de Cristo

A obra de Cristo

Unidade III – O que cremos acerca da Salvação - Soteriologia

A expiação

A iniciativa de Deus na Salvação

A resposta do ser humano para sua salvação.

Graça preveniente, arrependimento, a fé salvadora, o Testemunho do Espírito Santo, a regeneração, a Santificação, o crescimento na graça.

Unidade IV – O que cremos acerca do Espírito Santo.

A importância da Pneumatologia

O Espírito Santo nas Escrituras

Teologia Sistemática: Ordena em forma lógica e metódica todo o material fornecido pelos outros ramos da teologia, a fim de facilitar o estudo e a prática dos mesmos. Geralmente é dividida em: *ética, dogmática e polêmica*.

A doutrina do Pecado

Origem do pecado: A Bíblia não dá uma explicação sobre todos os aspectos da questão da origem do pecado, mas ela tem alguns dados relevantes para nos orientar.

1.1. **Deus não é a fonte do pecado.** É claro que Deus criou todas as coisas e que Ele controle o curso da história. Ele criou o universo de tal maneira que o pecado poderia vir a existir, mas Ele não criou pessoas pecadoras. Deus não pode cometer injustiça (Jó 34:10). Ele é santo (Is 6:3) e Ele não tenta ninguém (Tg 1:13). Deus detesta o pecado (Dt 25:16) e pela Sua natureza santa é obrigada a puni-lo.

1.2. **Os primeiros pecadores foram os anjos:** A presença da serpente no jardim testifica o fato que já existiam criaturas pecadoras antes da queda de Adão (Gn 3). Judas 6 indica que alguns anjos não permaneceram no seu estado original mas pecaram e caíram. A Bíblia não diz diretamente como entrou o pecado entre os anjos, mas ensina que existe um anjo mau, o Diabo, que é o líder da rebelião angelical contra Deus. Dois textos são usados para descrever a queda do Diabo: **Is. 14 e Ez 28. Em Ez. 28** a descrição do Rei de Tiro se torna uma descrição de um poder atrás dele, que estava presente no Éden. Isto pode ser uma indicação da origem do pecado na vida de Satanás. O texto indica que foi o orgulho que deu origem ao pecado do Diabo. Tradicionalmente a guerra no céu de Ap 12 tem sido interpretada como descrição da rebelião de Satanás, mas esta interpretação não é necessariamente a melhor. É uma possibilidade. (Alan Myatt & Franklin Ferreira)

1.3. As palavras bíblicas para o pecado:

1- Hattath – Significa errar o alvo,(o alvo é o padrão da Lei de Deus) tropeçar, faltar moralmente, e que se aplica aos aspectos exteriores, mais ou menos visíveis do pecado. O conceito pressupõe que haja uma conduta estabelecida. É a apostasia do bem como em Mq.3:8 “ Eu, porém, estou cheio do poder do Espírito de Javé, cheio de Juízo e de força, para declarar a Jacó a sua transgressão (Peshá) e a Israel, o seu pecado (hattath) “O pecado (hattath) de Judá está escrito com um ponteiro de ferro e com diamante pontiagudo, gravado na tábua do seu coração e nas pontas dos seus altares.” Jr. 17:1 , fazendo alusão ao caráter do povo. **Caráter = coisa gravada. Conjunto de disposições psicológicas.**

2 -Pasha - Designa o pecado, acentuando geralmente a **rebelião** contra Deus, como Moabe se rebelou contra Israel. É o sentimento de **revolta**. II Rs. 1:1

- 3 - **Awon** – Sentido etimológico de torcer, desviar-se do caminho, desfigurar. Em português se traduz por **iniquidade**. Significa uma perversão da vontade, a má intenção e, com frequência a culpa que se contrai ao pecar. Torcer, perverter, depravar. Pv.12:8 foi traduzido por perverso. O oposto desta palavra é **justiça**, ou seja, aquilo que é reto, direito, sem tortuosidade nem perversão, como em Pv.25:5 onde a justiça exprime honestidade, inocência, retidão.
- 4 - **Resha –(Rãsha)** Um estado de iniquidade habitual. Uma malvada e deliberada transgressão da lei. A impiedade, culpa, ofensa. O termo às vezes é traduzido por perverso com o sentido de solto, mal ligado, ruidoso. Quem não está ligado a Deus na mais profunda harmonia, não tem paz consigo mesmo e muito menos com o mundo ao seu redor. Anda esbarrando em tudo.
- 5 - **Maal** – Implica em deslealdade e traição.
- 6 - **Awen** – Termo para vaidade.

Termos gregos para pecado

Hamartia – Errar o alvo ou perder o caminho certo. Descreve o “estado de pecado” a partir do qual surgem os atos do pecado.

Adikia – Torcer o que é reto. Atos pervertidos e estado de injustiça, uma coisa que não é justa, que é contra o padrão de justiça. (I João 5:17)

Anomia – Ilegalidade, falta de conformidade à lei, transgressão deliberada. (I João 3:4)

Asebéia – Impiedade, ausência de reverência a Deus. (Rm.1:8)

Apatê – engano.

Epithumia – Cobiça.

Parabasis - Transgressão Atravessar uma linha proibida; rebelião: a traição e a quebra do Pacto.

(ver “Introdução à Teologia Cristã. Wiley H.Orton e Culbertson. CNP. SP.1990.pp.195-197)

ARGUMENTOS A FAVOR DA NATUREZA CORRUPTA DO HOMEM

Webster assim define a palavra pecado: **Transgressão da lei de Deus**; desobediência à ordem divina; qualquer violação da vontade de Deus, nas intenções ou na conduta; deficiência moral no caráter.

Para nós, evangélicos, o pecado não é apenas algo externo resultado de uma ação errônea. **O pecado não é um ato, é uma natureza.** O homem não peca porque ele é pecador, ele é pecador porque peca, porque a sua natureza é inclinada para o mal desde o seu nascimento. É uma questão ontológica.

Em teologia fala-se do pecado como **original e atual.** Pecado **original**, como se entende geralmente, é a **depravação** inata do coração, que se manifesta na desobediência à vontade divina. É a falta de retidão original e a corrupção moral ou inclinação para o mal. **Pecado atual** é o ato do agente moral ao violar uma lei conhecida do dever. Atrás de todas as ações da vontade há uma natureza corrupta em todos nós.

Pelágio (360-425) Monge gaulês (irlandês) Defendeu que somos pecadores por imitação e não por deformação da nossa natureza. Adão foi meramente um mal exemplo e não o autor da nossa natureza pecaminosa. Coube a Agostinho (354-430) contradizer Pelágio. Calvino seguiu a linha da depravação inata ou corrupção hereditária.

Argumentos que enfatizam a natureza corrupta do homem:

A – A universalidade do pecado é uma prova presuntiva – O fato de que todo pato, logo que nasce, vai para a água, prova que ele é uma ave aquática por natureza. O fato de que toda criança, de toda a família, de qualquer ambiente, começa a pecar assim que surgem suas faculdades morais, é evidência de que as faculdades morais acham-se corrompidas.

B – As Escrituras expressamente ensinam a doutrina da corrupção de nossa natureza. “ Enganoso é coração, mais do que todas as coisas, e desesperadamente corrupto. “ Jr. 17:9 “Porque é mau o desígnio íntimo do homem desde a sua mocidade.” Gn.8:21 “ O que é nascido da carne é carne; e o que é nascido do Espírito , é espírito. “ João 3:6 “ ... Também todos nós éramos por natureza filhos da ira, como também os demais .”Ef. 2:3 “ O homem natural não compreende as coisas do Espírito de Deus.”I Co. 2:14. Em Efésios 2:1 Paulo fala dos gentios como “alheios à vida de Deus por causa da ignorância em que vivem, pela dureza de seus corações.” Em Ef. 2:1, todos são descritos como por natureza mortos nas transgressões e no pecado. “Por isso o pendor da carne é inimizade contra Deus... portanto, os que estão na carne não podem agradar a Deus. (Rm. 8:7-8)

Deus entregou à igreja o ministério da reconciliação (II Co. 5:18) e cabe à igreja expor toda a verdade e não ministrar apenas autoajuda às pessoas.

“ Um cristianismo “Terapêutico” que me ajuda a criar meus filhos, renovar minha vida sexual e desenvolver todo o meu potencial, substituiu o cristianismo mais antigo e doutrinário, que se preocupava com questões relativas a Deus, ao pecado, à salvação e à cruz. É cada vez menor o lugar para a verdade na igreja.” (SHAW,Mark. Lições de Mestre.Ed. Mundo Cristão.SP. 2004. p. 19)

C – A necessidade universal de regeneração – Regeneração é a transformação do coração, da natureza, pelo Espírito Santo. (Tt.3:5-6)

“...Não por causa de atos de justiça por nós praticados, mas devido à sua misericórdia, ele nos salvou pelo lavar regenerador e renovador do Espírito Santo, que ele derramou sobre nós generosamente, por meio de Jesus Cristo, nosso Salvador.”

O Manual da Igreja do Nazareno, nos artigos de Fé, item IX, 10 ,diz: *“Cremos que a regeneração, ou o Novo Nascimento, é aquela obra da graça de Deus pela qual a natureza moral do arrependido que confia em Deus é vivificada espiritualmente, recebendo uma vida distintamente espiritual, capaz de fé, amor e obediência.”*

D – Universalidade da morte – É a penalidade do pecado.(Rm.6:23) Muitos acham que isto significou morte física bem como morte espiritual.

E – Convicção universal de depravação – Os cristãos verdadeiros, de piedade incontestável, atestam que há dentro deles uma depravação inerente do coração e da natureza, guerreando contra todos os seus propósitos santos , opondo-se à sua consciência e resistindo aos seus impulsos e esforços mais puros. Paulo esclarece : *“ Porque, no tocante ao homem interior, tenho prazer na Lei de Deus; mas vejo, nos meus membros, outra lei que, guerreando contra a lei da minha mente, me faz prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros. Desventurado homem que sou ! Quem me livrará do corpo desta morte ? Rm.7:22-24 – Vide Gl.5:17*

“ Pois, no íntimo do meu ser tenho prazer na lei de Deus; mas vejo outra lei atuando nos membros do meu corpo, guerreando contra a lei da minha mente, tornando-me prisioneiro da lei do pecado que atua em meus membros. Miserável homem eu que sou! Quem me libertará do corpo sujeito a esta morte? (Romanos 7:22-24)

“Pois a carne deseja o que é contrário ao Espírito; e o Espírito, o que é contrário à carne. Eles estão em conflito um com o outro, de modo que vocês não fazem o que desejam.” (Gálatas 5:17)

Paulo é enfático e diversas vezes cita frases como *“O pecado habita em mim”(Rm7:17)*, *“ O pecado que habita em mim...V.20. , “ O mal reside em mim” V.21”* , *“Prisioneiro da lei do pecado que está nos meus membros.” V.23 , ... E Paulo conclui : “Graças a Deus por Jesus Cristo, nosso Senhor!” (V.25)*

“ Porque a Lei do Espírito de Vida em Cristo Jesus, te livrou da lei do pecado e da morte” (Rm. 8:2)

Realmente, a convicção universal de depravação humana é uma realidade. O crente não deve se afligir devido ao pecado original ou depravação inata. O único que tem autoridade para se ocupar deste assunto é o Cordeiro de Deus que tira o pecado do mundo.”_ (João 1:29)

No Manual da Igreja do Nazareno, nos artigos de Fé, Item V, 5.1, diz: “ **Creemos, além disso, que o pecado original continua a existir com a nova vida do regenerado, até que seja [erradicado] o coração inteiramente limpo pelo batismo com o Espírito Santo.**”

Na Assembleia Geral de 2001 a palavra “ **Erradicado**” foi suprimida. Falando sobre “ Erradicação”, o Pr. Edson Queirós, comenta o seguinte:

“ Sempre é bom lembrarmos que a santidade ressalta o pecado. Por essa razão, há uma tentativa de se macular a imagem da santidade, para que não haja pressões contra o estado pecaminoso. Jesus deixou isso bem claro quando afirmou : “ A luz veio ao mundo...” (João 3: 19-21) (QUEIRÓS, Edson. Transparência no Ministério. Ed. Vida. SP. 1998. p. 21)

Há uma tipologia bíblica que pode nos auxiliar na compreensão deste assunto: Em Lv.23:15-25 e Dt.16:10 temos a instituição da Festa do Pentecostes ou das Semanas. Essa festa anunciava previamente o Pentecostes de At.2 onde os primeiros frutos dessa Dispensação da Graça seriam colhidos.

Os dois pães, apresentados como primícias ao Senhor, eram assados **com fermento**. Os dois pães são uma figura profética dos judeus e gentios salvos, nos quais uma quantidade da velha natureza permanecia, como ilustrado no caso de Ananias e Safira.

O pão típico, que representava Cristo (Pão da Páscoa- Lv.23:6) tinha de ser **sem fermento**; mas quando o pão tipificava o seu povo, precisava ser **levedado**.

A Redenção em todos os seus estágios, é uma luta renhida contra o pecado. A purificação da alma do crente e a reprodução nele da imagem de Cristo é uma realidade que a Palavra de Deus atesta, conforme expressões incisivas :

Perfeição – Hb. 6:1-2 , Fp. 3:15

*“Por isso, deixando os rudimentos da doutrina de Cristo, prossigamos até à **perfeição**,(maturidade) não lançando de novo o fundamento do arrependimento de obras mortas e de fé em Deus, e da doutrina dos batismos, e da imposição das mãos, e da ressurreição dos mortos, e do juízo eterno.” (Hb.6:1-2)*

“Por isso todos quantos já somos perfeitos, sintamos isto mesmo; e, se sentis alguma coisa de outra maneira, também Deus vo-lo revelará.” (Filipenses 3:15)

Santificação – Hb. 12:14

“Segui a paz com todos, e a santificação, sem a qual ninguém verá o Senhor...” (Hb. 12:14)

Amor Aperfeiçoado – I João 4:17

“Dessa forma o amor está aperfeiçoado entre nós, para que no dia do juízo tenhamos confiança, porque neste mundo somos como ele.” (1 João 4:17 NVI)

Puros de coração – Mt. 5:8

“Bem-aventurados os puros de coração, pois verão a Deus.” (Mateus 5:8 NVI)

Mortos para o pecado – Rm.6:1

“Da mesma forma, considerem-se mortos para o pecado, mas vivos para Deus em Cristo Jesus.” (Romanos 6:11)

Crucificados com Cristo – Gl. 2:20

“Já estou crucificado com Cristo; e vivo, não mais eu, mas Cristo vive em mim; e a vida que agora vivo na carne, vivo-a pela fé do Filho de Deus, o qual me amou, e se entregou a si mesmo por mim.” (Gálatas 2:20 Corrigida e Fiel)

Ter a Mente de Cristo – I Co. 2:16

“Porque, quem conheceu a mente do Senhor, para que possa instruí-lo? Mas nós temos a mente de Cristo.” (1 Coríntios 2:16)

Participantes da Natureza Divina – II Pe.1:4

“Pelas quais ele nos tem dado grandíssimas e preciosas promessas, para que por elas fiquéis participantes da natureza divina, havendo escapado da corrupção, que pela concupiscência há no mundo.” (2 Pedro 1:4)

Livres do pecado – Rm.6:22

“Mas agora, libertados do pecado, e feitos servos de Deus, tendes o vosso fruto para santificação, e por fim a vida eterna.” (Romanos 6:22)

Cheios do Espírito – Ef. 5:18, At. 6:3

“E não vos embriagueis com vinho, em que há contenda, mas enchei-vos do Espírito;” (Efésios 5:18)

Amando a Deus com todo o coração – Mc. 12:30

“Amarás, pois, ao Senhor teu Deus de todo o teu coração, [vida interior] e de toda a tua alma,[personalidade] e de todo o teu entendimento,[mente, intelecto] e de todas as tuas forças; este é o primeiro mandamento.” (Mc. 12:30)

PECADO – ORIGINAL E ATUAL

A doutrina do pecado original foi concebida como herança física e espiritual transmitida para a humanidade pela queda. Wesley se distanciou da noção pelagiana de que a essência do pecado original não consiste na “depravação”, mas na “Imitação”. A fim de fortalecer ainda mais a sua causa, Wesley lança mão da “Analogia da fé” e afirma que as três grandes e fundamentais doutrinas da igreja são: “O Pecado Original”, a “Justificação pela Fé”, e a “Santidade” decorrente desta. Nelas está a essência da religião.

PECADO: Cremos que o pecado se manifesta de duas maneiras:

- 1- **PECADO ORIGINAL: É a depravação ou corrupção da natureza de todos os filhos de Adão**, ou seja: na queda, toda a raça humana foi contaminada. Diante disso, o homem é gerado em pecado (Sl.51:5) O pecado original não condena o homem ao inferno. O homem é condenado por seus próprios pecados. Cristo é aquele que remove o alcance do pecado original. *“Eis o Cordeiro de Deus que tira O pecado do mundo “* observe o singular, referindo-se a esse pecado.
- 2- **PECADO ATUAL : É a transgressão ou violação voluntária da vontade manifesta de Deus, feita por uma pessoa moralmente responsável.** Há uma diferença entre pecado voluntário e involuntário, mas ambos necessitam de arrependimento e confissão. Os chamados “pecados sociais”, que afetam a ética do indivíduo e seu relacionamento com o próximo estão incluídos em pecado atual.

Trabalho de Pesquisa:

Fundamentos da Teologia Arminio Wesleyana – Mildred Bangs Wynkoop. CNP.
Capítulo 5 pp. 97 a 116

Teologia Arminiana – Mitos e Realidades – Roger Olson- Ed. Reflexão
Mito 6 e 7 – PP. 175-231

UNIDADE II – O QUE CREMOS ACERCA DA PESSOA E OBRA DE CRISTO.

A PESSOA DE CRISTO E SUA OBRA – *“Jesus Cristo foi plenamente Deus e plenamente homem em uma só pessoa e assim o será para sempre.”* Wayne Grudem

1 - A humanidade de Cristo – Conceção virginal por obra do Espírito Santo. (Mateus 1:18-25, Lucas 1:35)

Importância dessa concepção – Ser um “Goel” e ao mesmo tempo não ser da mesma semente. Estar aparentado conosco. Dar o cumprimento à promessa de Gn.3:15 o “proto-Evangelho”. Divino, porém nascido de mulher. (Gl. 4:4-5)

Plena humanidade e plena divindade – Através de Maria a humanidade, na obra geradora do Espírito Santo, a divindade.

2. Fraquezas e Limitações Humanas

a. Jesus possuía um corpo humano.

O fato de que Jesus possuía um corpo humano exatamente como o nosso é visto em muitas passagens das Escrituras. Ele nasceu assim como nascem todos os bebês humanos (Lc 2.7). Ele passou da infância para a maturidade assim como crescem todas as outras crianças: “Crescia o menino e se fortalecia, enchendo-se de sabedoria; e a graça de Deus estava sobre ele” (Lc 2.40).

b. Jesus possuía uma mente humana.

O fato de Jesus ter crescido em sabedoria (Lc 2.52) significa que ele passou por um processo de aprendizado assim como acontece com todas as outras crianças — ele aprendeu a comer, a falar, a ler e a escrever, e a ser obediente a seus pais (veja Hb 5.8). Esse processo normal de aprendizado fazia parte da genuína humanidade de Cristo.

c. Jesus possuía alma humana e emoções humanas.

Vemos várias indicações de que Jesus possuía alma humana (ou espírito). Logo antes de sua crucificação, ele disse: “Agora, está *angustiada* a minha alma” (Jo 12.27). João escreve um pouco depois: “Ditas estas coisas, *angustiou-se* Jesus em espírito” (Jo 13.21).

d. As pessoas próximas de Jesus consideravam-no apenas humano.

Mateus registra um incidente assombroso no meio do ministério de Jesus. Ainda que Jesus tivesse ensinado por toda a Galiléia, “curando toda sorte de doenças e enfermidades entre o povo”, de modo que “numerosas multidões o seguiam” (Mt 4.23-25), quando chegou à própria cidade de Nazaré, o povo que o conhecia havia muitos anos não o recebeu (Mt 13.53-58). Em João 6 Jesus declarou ser o “Pão que desceu do céu”. Os líderes judaicos o criticaram por tal declaração, alegando que conheciam a sua família. (João 6:41-42)

3. Impecabilidade. Ainda que o Novo Testamento seja claro em afirmar que Jesus era plenamente humano exatamente como nós, também afirma que Jesus era diferente em um aspecto importante: ele era **isento de pecado** e jamais cometeu um pecado durante sua vida. (2 Co.5:21, I Pe.2:22) Alguns objetam que se Jesus não pecou, então não era *verdadeiramente* humano, pois todos os humanos pecam. Mas os que fazem tal objeção simplesmente não percebem que os seres humanos estão agora numa situação *anormal*. Deus não nos criou pecaminosos, mas santos e justos. Adão e Eva no jardim do Éden eram *verdadeiramente* humanos antes de pecar, e nós agora, apesar de humanos, não nos conformamos ao padrão que Deus deseja que preenchamos quando nossa humanidade plena, impecável, for restaurada.

4. Jesus poderia ter pecado?

Às vezes levanta-se esta questão: “Cristo podia ter pecado?” Alguns defendem a *impecabilidade* de Cristo, entendendo por *impecável* “não sujeito a pecar”. Outros objetam que se Jesus não fosse capaz de pecar, suas tentações não teriam sido reais, pois como uma tentação seria real, se a pessoa que estivesse sendo tentada não fosse mesmo capaz de pecar? Para responder a essa pergunta, precisamos distinguir, por um lado, o que as Escrituras afirmam claramente e, por outro lado, o que é mais uma inferência de nossa parte.

- (1) As Escrituras afirmam claramente que Cristo jamais pecou de fato (veja acima). Não deve haver nenhuma dúvida a esse respeito em nossa mente.

- (2) Elas também afirmam que Jesus foi tentado e que as tentações foram reais (Lc 4.2). Se cremos na Bíblia, precisamos insistir que Cristo foi “*tentado em todas as coisas, à nossa semelhança, mas sem pecado*” (Hb 4.15).

Também precisamos afirmar com as Escrituras que “Deus não pode ser tentado pelo mal” (Tg 1.13). Mas aqui a questão torna-se difícil: se Jesus era plenamente Deus e também plenamente humano (e vamos argumentar adiante que as Escrituras ensinam isso várias vezes e de maneira clara), então não somos obrigados também a afirmar que (em algum sentido) Jesus também “não pode ser tentado pelo mal”?

5. Por que era necessário que Jesus fosse plenamente humano?

Quando João escreveu sua primeira epístola, circulava na igreja um ensino herético, segundo o qual Jesus não era homem. Essa heresia tornou-se conhecida como **docetismo**. Essa negação da verdade acerca de Cristo era tão séria que João podia dizer que se tratava de uma doutrina do anticristo: “Nisto reconheceis o Espírito de Deus: todo espírito que confessa que Jesus Cristo veio em carne é de Deus; e todo espírito que não confessa a Jesus não procede de Deus; pelo contrário, este é o espírito do anticristo” (1Jo 4.2-3).

a. Para possibilitar uma obediência representativa. Conforme observamos no capítulo acima sobre as alianças entre Deus e o homem, Jesus era nosso representante e obedeceu em nosso lugar naquilo que Adão falhou e desobedeceu. Vemos isso nos paralelos entre a tentação de Jesus (Lc 4.1-13) e a ocasião da prova de Adão e Eva no jardim (Gn 2.15–3.7). Também se reflete claramente na discussão de Paulo sobre os paralelos entre Adão e Cristo, na desobediência de Adão e na obediência de Cristo (Rm 5.18-19).

b. Para ser um sacrifício substitutivo. Se Jesus não tivesse sido homem, não poderia ter morrido em nosso lugar e pago a penalidade que nos cabia. O autor de Hebreus nos diz: “Pois ele, evidentemente, não socorre anjos, mas socorre a descendência de Abraão. Por isso mesmo, *convinha* que, em todas as coisas, se tornasse semelhante aos irmãos, para ser misericordioso e fiel sumo sacerdote nas coisas referentes a Deus e para fazer propiciação pelos pecados do povo” (Hb 2.16-17; cf. v. 14).

c. Para ser o único mediador entre Deus e os homens. Porque estávamos alienados de Deus por causa do pecado, necessitávamos de alguém que se colocasse entre Deus e nós e nos levasse de volta a ele. Precisávamos de um mediador que pudesse representar-nos diante de Deus e que pudesse representar Deus para nós. Só há uma pessoa que preencheu esse requisito: “Porquanto há um só Deus e um só Mediador entre Deus e os homens, Cristo Jesus, homem” (1Tm 2.5). Para cumprir essa função de mediador, Jesus tinha de ser plenamente homem e plenamente Deus.

d. Para cumprir o propósito original do homem de dominar a criação. Como vimos em nossa discussão sobre o propósito para o qual Deus criou o homem, Deus colocou o ser humano sobre a terra para subjugar-la e dominá-la como representante divino. Mas o homem não cumpriu esse propósito, pois caiu em pecado. O autor de Hebreus percebe que Deus pretendia que tudo fosse sujeitado ao homem, mas reconhece: “Agora, porém, ainda não vemos todas as coisas a ele sujeitas” (Hb 2.8). Então, quando Jesus veio como homem, foi capaz de obedecer a Deus e, assim, teve o direito de dominar a criação *como homem*, cumprindo o propósito original de Deus ao colocar o homem sobre a terra. Hebreus reconhece isso quando diz que agora “vemos [...] Jesus” em posição de autoridade sobre o universo, “coroados de glória e de honra” (Hb 2.9; cf. a mesma frase no v. 7).

e. Para ser nosso exemplo e padrão na vida. João nos diz: “... aquele que diz que permanece nele, *esse deve também andar assim como ele andou*” (1Jo 2.6), e nos lembra que “quando ele se manifestar, seremos semelhantes a ele” e que essa esperança de futura conformidade com o caráter de Cristo confere mesmo agora pureza moral cada vez maior à nossa vida (1Jo 3.2-3). Paulo nos diz que estamos continuamente sendo “transformados [...] na sua própria imagem” (2Co 3.18), avançando, assim, para o alvo para o qual Deus nos salvou: sermos “conformes à imagem de seu Filho” (Rm 8.29). Pedro nos diz que, especialmente no sofrimento, temos de considerar o exemplo de Cristo: “pois que também Cristo sofreu em vosso lugar, *deixando-vos exemplo* para seguirdes os seus passos” (1Pe 2.21).

f. Para ser o padrão de nosso corpo redimido. Paulo nos diz que quando Jesus ressuscitou dos mortos, ressuscitou num novo corpo “na incorrupção [...] ressuscita

em glória [...] ressuscita em poder [...] ressuscita corpo espiritual” (1Co 15.42-44). Esse novo corpo ressurreto que Jesus possuía quando ressurgiu dos mortos é o padrão do que será nosso corpo quando formos ressuscitados dos mortos, porque Cristo é “as primícias” (1Co 15.23) — uma metáfora agrícola que compara Cristo à primeira amostra da colheita, que demonstra como será o outro fruto daquela colheita.

g. Para compadecer-se como sumo sacerdote. O autor de Hebreus lembra-nos de que “naquilo que ele mesmo sofreu, tendo sido tentado, é poderoso para socorrer os que são tentados” (Hb 2.18; cf. 4.15-16). Se Jesus não tivesse existido na condição de homem, não teria sido capaz de conhecer *por experiência* o que sofremos em nossas tentações e lutas nesta vida. Mas porque viveu como homem, ele é capaz de compadecer-se mais plenamente de nós em nossas experiências.

6. Jesus será um homem para sempre.

Jesus não abandonou a natureza terrena após sua morte e ressurreição, pois apareceu aos discípulos como homem após a ressurreição, até com as cicatrizes dos cravos nas mãos (Jo 20.25-27). Ele possuía carne e ossos (Lc 24.39) e comia (Lc 24.41-42).

Posteriormente, quando conversava com os discípulos, foi levado ao céu, ainda em seu corpo humano ressurreto, e dois anjos prometeram que ele voltaria do mesmo modo: “Esse Jesus que dentre vós foi assunto ao céu virá *do modo como* o vistes subir” (At 1.11).

B. A DIVINDADE DE CRISTO

Para completar o ensino bíblico acerca de Jesus Cristo, precisamos declarar não só que ele era plenamente humano, mas também plenamente divino. Embora a palavra não ocorra de maneira explícita na Bíblia, a igreja tem empregado o termo *encarnação* para referir-se ao fato de que Jesus era Deus em carne humana. A *encarnação* foi o ato pelo qual Deus Filho assumiu a natureza humana. A comprovação bíblica da divindade de Cristo é bem ampla no Novo Testamento. Vamos examiná-la sob várias categorias.

1. Alegações bíblicas diretas.

Nesta seção, examinamos declarações diretas da Bíblia de que Jesus é Deus ou de que é divino.

a. A palavra *Deus (theos)* atribuída a Cristo. Apesar de a palavra *theos*, “Deus”, ser em geral reservada no Novo Testamento para Deus Pai, há algumas passagens em que é também empregada em referência a Jesus Cristo. Em todos esses trechos, a palavra “Deus” é empregada com um sentido denso em referência àquele que é Criador do céu e da terra, o governante de tudo.

b. A palavra *Senhor (kyrios)* atribuída a Cristo. Às vezes a palavra *Senhor* (gr. *kyrios*) é empregada simplesmente como tratamento respeitoso dispensado a um superior (veja Mt 13.27; 21.30; 27.63; Jo 4.11). Às vezes pode simplesmente significar “patrão” de um servo ou escravo (Mt 6.24; 21.40). Ainda assim, a mesma palavra é também empregada na Septuaginta (a tradução grega do Antigo Testamento, de uso comum na época de Cristo) como uma tradução do hebraico *yhwh*, “Javé”, ou (conforme traduzido com frequência) “o SENHOR” ou “Jeová”.

c. Outras fortes alegações de divindade. Além dos usos da palavra *Deus* e *Senhor* em referência a Cristo, temos outras passagens que defendem com vigor a divindade de Cristo. Quando Jesus disse a seus opositores judeus que Abraão vira seu dia (o dia de Cristo), eles o contestaram: “Ainda não tens cinquenta anos e viste Abraão?” (Jo 8.57). Aqui uma resposta suficiente para provar a eternidade de Jesus teria sido: “Antes que Abraão fosse, eu era”. Mas não foi isso que Jesus disse. Antes, ele fez uma declaração muito mais estarrecedora: “Em verdade, em verdade eu vos digo: antes que Abraão existisse, *EU SOU*” (Jo 8.58).

2. Sinais de que Jesus possuía atributos de divindade.

Além das afirmações específicas da divindade de Jesus vistas nas muitas passagens citadas acima, vemos muitos exemplos de atos na vida de Jesus que indicam seu caráter divino.

Jesus demonstrou sua *onipotência* quando acalmou a tempestade no mar com uma palavra (Mt 8.26-27), multiplicou os pães e peixes (Mt 14.19) e transformou a água em vinho (Jo 2.1-11). Alguns podem objetar, dizendo que esses milagres só mostraram o poder do Espírito Santo agindo por intermédio dele, assim como o Espírito Santo poderia agir por meio de qualquer outro ser humano e, assim, isso não comprova a divindade de Jesus.

3. Teria Jesus desistido de algum atributo enquanto estava na terra (a teoria da kenosis)?

Paulo escreve aos filipenses: Tende em vós o mesmo sentimento que houve também em Cristo Jesus, pois ele, subsistindo em forma de Deus, não julgou como usurpação o ser igual a Deus; antes, a si mesmo se esvaziou, assumindo a forma de servo, tornando-se em semelhança de homens; e, reconhecido em figura humana... (Fp 2.5-7).

Partindo desse texto, alguns teólogos da Alemanha (a partir de 1860-1880) e da Inglaterra (a partir de 1890-1910) passaram a defender uma ideia de encarnação que jamais fora defendida na história da igreja. Essa nova ideia foi chamada “teoria da kenosis”, e a posição geral representada por ela foi chamada “teologia kenótica”.

4. Conclusão:

Cristo é plenamente divino. O Novo Testamento, em centenas de versículos explícitos que chamam Jesus de “Deus” e “Senhor” e empregam alguns outros títulos de divindade em referência a ele, e em muitas passagens que lhe atribuem ações ou palavras aplicáveis somente ao próprio Deus, declara repetidas vezes a divindade plena e absoluta de Jesus Cristo. “Aproveu a Deus que, nele, residisse *toda a plenitude*” (Cl 1.19) e “nele, habita, corporalmente, toda a plenitude da Divindade” (Cl 2.9).

5. Seria a doutrina da encarnação “compreensível” hoje?

Ao longo de toda a história levantam-se objeções ao ensino neotestamentário da plena divindade de Cristo. Um ataque recente a essa doutrina merece menção aqui

por ter criado renome na Inglaterra. O livro era chamado *The Mith of God Incarnate* [O Mito do Deus Encarnado], grande controvérsia, pois os que contribuíram para o texto eram todos líderes eclesiásticos de editado por John Hick (London: SCM, 1977). O título apresenta a tese do livro: a ideia de que Jesus era “Deus encarnado” ou “Deus vindo em carne” é um “mito” — uma história que talvez se adequasse à fé das gerações anteriores, mas que não merece crédito hoje.

6. Por que é necessária a divindade de Jesus?

Na seção anterior alistamos alguns motivos pelos quais era necessário que Jesus fosse plenamente humano para obter nossa redenção. Aqui cabe reconhecer que é também crucialmente importante insistir na plena divindade de Cristo, não só porque ela é ensinada de maneira clara nas Escrituras, mas também porque:

- (1) Só alguém que fosse Deus infinito poderia arcar com toda a pena de todos os pecados de todos os que cressem nele — qualquer criatura finita não seria capaz de arcar com tal pena.
- (2) A salvação vem do Senhor (Jn 2.9 ARC), e toda a mensagem das Escrituras é moldada para mostrar que nenhum ser humano, nenhuma criatura, jamais conseguiria salvar o homem — só Deus mesmo poderia.
- (3) Só alguém que fosse verdadeira e plenamente Deus poderia ser o mediador entre Deus e homem (1Tm 2.5), tanto para nos levar de volta a Deus como também para revelar Deus de maneira mais completa a nós (Jo 14.9).
- (4) Assim, se Jesus não é plenamente Deus, não temos salvação e, por fim, nenhum cristianismo. Não é por acaso que ao longo da história os grupos que abandonaram a crença na plena divindade de Cristo não têm permanecido muito tempo na fé cristã, desviando-se logo para um tipo de religião representada pelo unitarismo nos Estados Unidos e em outros lugares. “Todo aquele que ultrapassa a doutrina de Cristo e nela não permanece não tem Deus; o que permanece na doutrina, esse tem tanto o Pai como o Filho” (2Jo 9).

A ENCARNAÇÃO: DIVINDADE E HUMANIDADE NA ÚNICA PESSOA DE CRISTO

O ensino bíblico sobre a plena divindade e plena humanidade de Cristo é tão amplo que se vem crendo em ambos desde os primeiros tempos da história da igreja. Mas um entendimento preciso de como a plena divindade e a plena humanidade poderiam ser combinadas em uma pessoa só foi formulado gradualmente na igreja e não chegou à forma final antes da Definição de Calcedônia em 451 d.C.

OS OFÍCIOS DE CRISTO

Os três cargos mais importantes que poderiam existir para o povo de Israel no Antigo Testamento eram: *o profeta* (como Natã, 2Sm 7.2), *o sacerdote* (como Abiatar, 1Sm 30.7) e *o rei* (como Davi, 2Sm 5.3). Esses três ofícios eram distintos. O profeta falava as palavras de Deus ao povo; o sacerdote oferecia sacrifícios, orações e louvores a Deus em favor do povo; e o rei governava o povo como representante de Deus. Esses três ofícios prefiguravam a própria obra de Cristo de várias maneiras.

A. CRISTO COMO PROFETA

Os profetas do Antigo Testamento transmitiam a palavra de Deus ao povo. Moisés foi o primeiro grande profeta e escreveu os cinco primeiros livros da Bíblia, o Pentateuco. Depois vieram outros que falaram e escreveram as palavras de Deus. Mas Moisés predisse que um dia viria outro profeta como ele.

B. CRISTO COMO SACERDOTE

No Antigo Testamento, os sacerdotes eram designados por Deus para oferecer sacrifícios. Eles também ofereciam orações e louvores a Deus em favor do povo. Ao agir assim “santificavam” as pessoas, ou tornavam-nas aceitáveis à presença de Deus, se bem que de forma limitada durante o período do Antigo Testamento. No Novo Testamento, Jesus tornou-se nosso grande sumo sacerdote. Esse tema é bem desenvolvido na carta aos Hebreus, na qual vemos que Jesus atua como sacerdote de duas maneiras.

1. Jesus ofereceu um sacrifício perfeito pelo pecado.

O sacrifício que Jesus ofereceu pelos pecados não foi o sangue de animais como touros ou bodes: "... porque é impossível que o sangue de touros e bodes remova pecados" (Hb 10.4). Em vez disso, Jesus ofereceu a si mesmo como sacrifício perfeito: "... ao se cumprirem os tempos, se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, *pelo sacrifício de si mesmo, o pecado*" (Hb 9.26).

2. Jesus nos aproxima continuamente de Deus.

Os sacerdotes do Antigo Testamento não apenas apresentavam sacrifícios, mas também compareciam de modo representativo na presença de Deus, de tempos em tempos, em favor do povo. Mas Jesus faz muito mais do que isso. Como nosso perfeito sumo sacerdote, ele continuamente *nos conduz* à presença de Deus, de forma que não temos mais a necessidade de um templo em Jerusalém nem de um sacerdócio especial que se coloque entre nós e Deus

3. Como sacerdote, Jesus ora continuamente por nós.

Outra função sacerdotal no Antigo Testamento era orar a favor das pessoas. O autor de Hebreus nos diz que Jesus também cumpre essa função: "... também pode salvar totalmente os que por ele se chegam a Deus, vivendo sempre *para interceder por eles*" (Hb 7.25). Paulo afirma a mesma coisa quando diz que Cristo Jesus é aquele que intercede por nós (Rm 8.34).

C. CRISTO COMO REI

No Antigo Testamento o rei tinha autoridade para governar a nação de Israel. No Novo Testamento, Jesus nasceu para ser o Rei dos judeus (Mt 2.2), mas recusou todas as tentativas feitas pelo povo para fazê-lo um rei terreno com um poder militar e político terreno (Jo 6.15). Ele disse a Pilatos: "O meu reino não é deste mundo. Se o meu reino fosse deste mundo, os meus ministros se empenhariam por mim, para que não fosse eu entregue aos judeus; mas agora o meu reino não é daqui" (Jo 18.36).

D. NOSSO PAPEL COMO PROFETAS, SACERDOTES E REIS

Se olharmos para a situação de Adão antes da queda e para a nossa situação futura com Cristo no céu por toda a eternidade, poderemos ver que esses papéis de profeta, sacerdote e rei têm paralelo com a experiência que Deus originariamente pretendia que o homem tivesse e serão cumpridos na nossa vida no céu.

UNIDADE III - SOTERIOLOGIA

O QUE CREMOS ACERCA DA SALVAÇÃO

EXPIAÇÃO ; -

ESBOÇO PARA AULA: A NATUREZA DA PROPICIAÇÃO

No Antigo Testamento o termo hebraico para “Expição” é “Kafar”, com o sentido de cobrir, esconder, ocultar. No Novo Testamento o termo grego é “Catalaguin” frequentemente traduzido por “Reconciliação” como em Rm.5:11

No sentido teológico, é a expiação ou satisfação que Cristo fez pelo pecado, pela qual o ser humano pode ser salvo. Satisfação tem o sentido de atender à justiça divina. Em suma, expiação é efeito do amor divino, porque o amor é a causa originadora da expiação.

O sistema religioso no V.T. estava estruturado em cima da LEI. O esquema, muito resumidamente era este:

LEI → transgredida → Exige condenação → Pena

↓

JUSTIÇA - Confirma o cumprimento da pena

A lei e a justiça não contém em si provisão para o perdão. Como Deus haveria de nos perdoar?

No processo da “Queda ou Lapsos”, houve quebra de uma Lei previamente estabelecida? Sim! Portanto, houve transgressão e houve condenação. Cada figurante

do processo recebeu a pena imposta por Deus. (Ver Gênesis 3) Para o homem, qual foi a pena imposta? Maldição e morte. (Rm.6:23)

Deus é soberano, santo, justo, misericordioso, etc., mas não poderia invalidar a pena imposta ao ser humano ou ir contra a justiça. Qual a saída?

Ele tomou sobre si a pena que nos foi imposta, tornando-se “Maldito na Cruz” e morrendo por nós, satisfazendo assim a justiça divina. O sacrifício de Cristo tem duplo significado: SATISFAÇÃO E SUBSTITUIÇÃO.

OS SACRIFÍCIOS DO ANTIGO TESTAMENTO:

Primeiro exemplo de sacrifício expiatório: Gn. 3:21 – Deus fez vestimentas de pele para o casal.

Segundo exemplo: Gn. 4:3-7 – As ofertas de Caim e Abel. Por que Deus rejeitou a oferta de Caim e aceitou a oferta de Abel? Porque Abel buscou arrependimento, justificação, antes de entregar a sua oferta e Caim não. A prova está em Hebreus 11:4 onde se diz: “Abel alcançou testemunho de que estava justificado...” Como alguém, naquela época, estaria justificado? Somente fazendo oferta pelo pecado.

O V.T. previa vários sacrifícios: Holocausto, Oferta de manjares, oferta pela culpa, oferta pacífica e oferta pelo pecado. Deus não aceitaria ofertas se antes o ofertante não tivesse se arrependido e feito a oferta pelo pecado.

A história da adoração sacrificial passa por Adão, Caim, Abel, Noé (Gn.8), Abraão (Gn. 15:9-10) A Lei incorporou e normatizou os diversos tipos de sacrifícios.

Instituiu-se o “Dia da Expição” “Yon Kipur” , a mais solene das ordenações mosaicas em que se fazia expiação pelos pecados da nação. (Lv. 16:30-34)

A FORÇA DOS SÍMBOLOS: Os rituais sangrentos eram pedagógicos. Ensinavam que o pecado exigia a punição e esta era a morte. “*A alma que pecar, essa morrerá.*” (Ez. 18:20) Não pode haver perdão para o transgressor, a não ser pela expiação e substituição.

A Lei nos serviu de “AIO”, pagem, pedagogo, para nos conduzir ao sacrifício eficaz. A Lei apontava para Cristo. (Rm. 10:4) A Lei teve a sua vigência até João, o Batista. (Lc. 16:16) Ninguém conseguiu guardá-la integralmente, a não ser o Senhor Jesus que a cumpriu.

APLICAÇÃO:

Tivemos séculos de história hebraica e tentativa humana de ser santo mediante a Lei e se provou a ineficácia do processo. A Lei nunca aperfeiçoou coisa alguma. (Hb.7:18-19) Os rituais, festas, alimentos, eram “Sombras” de coisas futuras.(Cl.2:16-17) Por que, então, cristãos são seduzidos a se submeter novamente à Lei?

Hoje, não estamos mais no período da Lei e sim da GRAÇA. Não estamos sem Lei. Estamos debaixo da Lei de Cristo. Temos os “Dogmas” que são observados. Não podemos “fabricar” crentes com a força do dogma. Regras não transformam corações, assim como a Lei não transformava ninguém.

O que torna uma pessoa uma “Nova Criatura” é o reconhecimento e apropriação do Sacrifício de Jesus na Cruz. O coração humano precisa ser aspergido pelo Sangue e isto é um ato de fé. *“Sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis...” (I Pe. 1:18)* Ninguém consegue ser santo sem a aspersão do sangue de Cristo no coração. (I Pe.1:2)

NATUREZA VICÁRIA DA EXPIAÇÃO: O termo vicário significa “Em lugar do outro” Expição vicária significa: “CRISTO SOFREU NO NOSSO LUGAR” Ele é o nosso substituto. Textos: João 11:50 , Rm. 5:6-8 , II Co. 5:14,15,21, Mt. 20:28, Mc. 10:45, Gl. 1:4, 3:13, Ef. 5:2, I Ts. 5:9-10.

O que as Escrituras falam do sacrifício expiatório de Cristo?

Foi profetizado por Isaías. (Is. 53)

Foi amplamente comentado por apóstolos como Paulo, Pedro e João:

Textos: 2 Co. 5:21, I Pe.2:22-24, 3:18, Rm. 4:25, %:11, Gl. 3:13, I João 2:2

PROPICIAÇÃO: O termo “propiciação” vem do heb. “Kapporeth” ou propiciatório. Era o lugar onde Deus se mostrava favorável ou propício ao homem. Envolve o sentido de “Aplacar a ira de uma pessoa ofendida”, nesse caso, Deus. No Novo Testamento, o termo é “Hilasmós” (Gr.) com sentido amplificado. Exemplos:

“Hilasmós” – I João 2:2 , 4:10 – Propiciador e a virtude dessa propiciação

“Hilasterios” – Rm. 3:25 – Propiciatório

“Hiláskesthai” – Hb.2:17 – Fazer propiciação ou expiação

O ALCANCE DA PROPICIAÇÃO: Os reformados ou calvinistas afirmam que Cristo morreu apenas para os eleitos e ama apenas os eleitos. Os arminianos creem que Deus ama indistintamente a todos os homes e morreu por todos. Os eleitos são os que vão responder ao chamado universal à salvação.

Textos: I Tm. 2:3-6, João 3:16, Rm. 5:18, Hebreus 2:9, 2 Co. 5:14-15

I João 2:1-2, Tito 2:11, Atos 17:30

O evangelho proclama um Salvador Universal e deve ser pregado a todas as gentes. (Mt. 24:14)

TAREFA:

Ler sobre as Teorias da Expição – Livro: Introdução à Teologia Cristã. CNP. pp. 259-269

UNIDADE III – O QUE CREMOS ACERCA DA SALVAÇÃO (LEITURA ADICIONAL)

A EXPIÇÃO

Podemos definir a expiação como segue: *expição é a obra que Cristo realizou em sua vida e morte para obter nossa salvação*. Essa definição indica que usamos a palavra *expição* num sentido mais amplo em que às vezes é utilizada. Ela é empregada de vez em quando para se referir apenas ao fato de Jesus morrer e pagar nossos pecados na cruz.

A. A CAUSA DA EXPIÇÃO

Qual foi a causa última que levou Cristo a vir para este mundo e morrer pelos nossos pecados? Para encontrá-la, devemos pesquisar o assunto em alguma coisa no caráter do próprio Deus. E aqui as Escrituras apontam para duas coisas: o *amor* e a *justiça* de Deus.

O amor de Deus como uma das causas da expiação é descrito na passagem mais conhecida da Bíblia: “Porque Deus *amou ao mundo de tal maneira* que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna” (Jo 3.16). Mas a justiça de Deus também exigia que ele encontrasse um meio pelo qual a pena pelos nossos pecados fosse paga (pois ele não podia aceitar-nos em comunhão consigo mesmo a menos que a penalidade fosse paga).

B. A NECESSIDADE DE EXPIAÇÃO

Havia alguma outra maneira de Deus salvar os seres humanos além de enviar seu Filho para morrer em nosso lugar?

Antes de responder a essa pergunta, é importante entender que Deus não tinha nenhuma necessidade de salvar ninguém. Quando nos conscientizamos de que “Deus não poupou anjos quando pecaram, antes, precipitando-os no inferno, os entregou a abismos de trevas, reservando-os para juízo” (2Pe 2.4), percebemos que Deus poderia também ter escolhido com perfeita justiça deixar-nos em nossos pecados, esperando o julgamento; ele poderia ter escolhido não salvar ninguém, assim como fez com os anjos pecaminosos. Assim, nesse sentido a expiação não era absolutamente necessária.

C. A NATUREZA DA EXPIAÇÃO

Nesta seção, considero dois aspectos da obra de Cristo: (1) a obediência de Cristo por nós, pela qual obedeceu às exigências da lei em nosso lugar e foi perfeitamente obediente à vontade de Deus Pai como nosso representante, e (2) os sofrimentos de Cristo por nós, pelos quais recebeu o castigo pelos nossos pecados e, em consequência, morreu pelos nossos pecados. 1. A obediência de Cristo por nós (às vezes chamada “obediência ativa”).

Se Cristo tivesse conseguido só o perdão dos pecados por nós, não mereceríamos o céu. Nossa culpa teria sido removida, mas estaríamos simplesmente na posição de Adão e Eva antes de terem feito qualquer coisa boa ou má e antes de terem passado um tempo de prova com sucesso. Para serem estabelecidos em justiça para sempre e ter assegurada a sua eterna comunhão com Deus, Adão e Eva tinham de obedecer a Deus de modo perfeito por um período de tempo. Então, Deus teria olhado para sua obediência fiel com prazer e deleite, e eles teriam vivido em comunhão com o Senhor para sempre.

2. Os sofrimentos de Cristo por nós (às vezes chamados “obediência passiva”).

Além de obedecer à lei de modo perfeito por toda a sua vida em nosso favor, Cristo tomou também sobre si mesmo os sofrimentos necessários para pagar a penalidade pelos nossos pecados.

a. Sufrimento por toda a sua vida. Num sentido mais amplo a pena que Cristo suportou ao pagar nossos pecados foi um sofrimento tanto em seu corpo como em sua alma ao longo da vida. Embora os sofrimentos de Cristo tenham culminado em sua morte sobre a cruz (veja abaixo), toda a sua vida num mundo caído envolveu sofrimento. Por exemplo, Jesus suportou tremendo sofrimento durante a tentação no deserto (Mt 4.1-11), quando foi submetido por quarenta dias aos ataques de Satanás.⁵

b. A dor da cruz. Os sofrimentos de Jesus se intensificaram à medida que ele se aproximava da cruz. Ele compartilhou com os discípulos algo da agonia que estava vivendo quando disse: “A minha alma está profundamente triste até à morte” (Mt 26.38). Foi especialmente sobre a cruz que os sofrimentos de Jesus por nós atingiram seu clímax, pois foi ali que ele suportou o castigo pelo nosso pecado e morreu em nosso lugar. As Escrituras nos ensinam que havia quatro diferentes aspectos da dor que Jesus experimentou:

(1) Dor física e morte - Não precisamos sustentar que Jesus sofreu mais dor física do que qualquer ser humano jamais sofreu, pois em nenhuma passagem a Bíblia faz tal alegação. Mas ainda não podemos esquecer que a morte por crucificação era uma das formas mais horríveis de execução que o homem já inventou..

(2) A dor de carregar o pecado

Mais horrível que a dor do sofrimento físico que Jesus suportou foi a dor psicológica de carregar a culpa pelo nosso pecado. Em nossa própria experiência como cristãos conhecemos um pouco da angústia que sentimos quando sabemos que pecamos. O peso da culpa nos oprime o coração, e há um amargo sentimento de separação de tudo que é correto no universo, uma consciência de algo que num sentido bem

profundo não devia existir. Na verdade, quanto mais crescemos em santidade como filhos de Deus, sentimos de modo mais intenso essa repugnância instintiva diante do mal.

(3) Abandono - A dor física da crucificação e a dor de carregar sobre si mesmo o mal absoluto de nossos pecados foram agravadas pelo fato de Jesus ter enfrentado essa dor sozinho. No Getsêmani, quando Jesus levou consigo Pedro, Tiago e João, confidenciou-lhes um pouco de sua agonia: “A minha alma está profundamente triste até à morte; ficai aqui e vigiai” (Mc 14.34). Esse é o tipo de confiança que se faz a um amigo íntimo e implica um pedido de apoio em sua hora da maior provação. Porém, quando Jesus foi preso, “os discípulos todos, deixando-o, fugiram” (Mt 26.56).

(4) A dor de suportar a ira de Deus

Mais difícil ainda que esses três aspectos da dor de Jesus foi a dor de suportar sobre si a ira de Deus. Como Jesus carregava sozinho a culpa de nossos pecados, Deus Pai, o poderoso Criador, o Senhor do universo, derramou sobre ele a fúria de sua ira: Jesus se tornou objeto do intenso ódio e da vingança contra o pecado que Deus tinha guardado com paciência desde o início do mundo.

c. Outras reflexões sobre a morte de Cristo

(1) O castigo foi infligido por Deus Pai

Se perguntarmos “Quem exigiu que Cristo pagasse a pena pelos nossos pecados?”, a resposta dada pelas Escrituras é que o castigo foi aplicado por Deus Pai como representante dos interesses da Trindade na redenção. Foi a justiça de Deus que exigiu que o pecado fosse pago, e, entre os membros da Trindade, era Deus Pai quem tinha o papel de exigir esse pagamento. Deus Filho voluntariamente assumiu o papel de suportar o castigo pelo pecado.

(2) Não um sofrimento eterno, mas um pagamento integral Se tivéssemos de pagar a pena de nossos próprios pecados, teríamos de sofrer eternamente separados de Deus. Porém, Jesus não sofreu eternamente. Existem duas razões para essa diferença:

- (a) Se sofrêssemos pelos nossos próprios pecados, nunca seríamos capazes de nos colocar novamente em condição correta com Deus por nós mesmos. Não haveria nenhuma esperança, pois não poderíamos viver de novo e conseguir justiça perfeita diante de Deus, e não haveria nenhum modo de desfazer nossa natureza pecaminosa e torná-la justa diante de Deus.
- (b) Jesus era capaz de receber toda a ira de Deus contra nosso pecado e sofrê-la até o fim. Nenhum homem comum poderia jamais fazer isso, mas em virtude da união das naturezas divina e humana em sua pessoa, Jesus era capaz de receber toda a ira de Deus contra o pecado e sofrê-la até o fim. Isaías predisse que Deus “verá o fruto do penoso trabalho de sua alma e *ficará satisfeito*” (Is 53.11).

(3) O significado do sangue de Cristo

O Novo Testamento muitas vezes liga o sangue de Cristo com nossa redenção. Por exemplo, Pedro diz: “... sabendo que não foi mediante coisas corruptíveis, como prata ou ouro, que fostes resgatados do vosso fútil procedimento que vossos pais vos legaram, mas pelo precioso sangue, como de cordeiro sem defeito e sem mácula, o sangue de Cristo” (1Pe 1.18-19).

(4) A morte de Cristo como “substituição penal”

A concepção da morte de Cristo apresentada aqui tem sido chamada com freqüência a teoria da “*substituição penal*”. A morte de Cristo foi “penal” pelo fato de ter ele cumprido uma pena quando morreu. Sua morte foi também uma “substituição” pelo fato de ter ele sido nosso substituto quando morreu.

d. Termos do Novo Testamento que descrevem diferentes aspectos da expiação. A obra expiatória de Cristo é um evento complexo que tem vários efeitos sobre nós. O Novo Testamento usa diferentes palavras para descrevê-los; vamos examinar quatro termos mais importantes. Eles mostram como a morte de Cristo atendeu a quatro necessidades que temos como pecadores:

(1) Sacrifício

Para pagar a pena de morte que merecemos por causa de nossos pecados, Cristo morreu como sacrifício por nós. Ele “se manifestou uma vez por todas, para aniquilar, pelo sacrifício de si mesmo, o pecado” (Hb 9.26).

(2) Propiciação

Para nos livrar da ira de Deus que merecemos, Cristo morreu como propiciação pelos nossos pecados. “Nisto consiste o amor: não em que nós tenhamos amado a Deus, mas em que ele nos amou e enviou o seu Filho como propiciação pelos nossos pecados” (1Jo 4.10).

(3) Reconciliação

Para vencer a nossa separação de Deus, precisávamos de alguém que proporcionasse reconciliação e dessa forma nos trouxesse de volta à comunhão com Deus. Paulo diz que Deus “nos reconciliou consigo mesmo por meio de Cristo e nos deu o ministério da reconciliação” (2Co 5.18-19).

(4) Redenção

Uma vez que como pecadores estamos escravizados ao pecado e a Satanás, precisamos de alguém que nos proporcione redenção e, dessa forma, nos “redima” de nossa servidão. Quando falamos em redenção, entra em foco a idéia de “resgate”. Resgate é o preço pago para redimir alguém da escravidão ou cativeiro. Jesus disse de si mesmo: “Pois o próprio Filho do Homem não veio para ser servido, mas para servir e dar a sua vida em resgate por muitos” (Mc 10.45).

e. Outras concepções da expiação. Em contraste com a concepção da substituição penal da expiação apresentada neste capítulo, vários outros pontos de vista têm sido defendidos na história da igreja.

(1) A teoria do resgate pago a Satanás

Essa visão foi sustentada por Orígenes (c. 185 – c. 254 d.C.), teólogo de Alexandria e mais tarde de Cesaréia, e depois dele por alguns outros na história antiga da igreja. De

acordo com esse ponto de vista, o resgate que Cristo pagou para nos redimir foi dado a Satanás, em cujo reino se encontravam todas as pessoas devido ao pecado.

(2) A teoria da influência moral

Defendida pela primeira vez por Pedro Abelardo (1079-1142), teólogo francês, a teoria da influência moral da expiação sustenta que Deus não exige o pagamento de um castigo pelo pecado, mas que a morte de Cristo era simplesmente um modo pelo qual Deus mostrou o quanto amava os seres humanos ao identificar-se, até a morte, com os sofrimentos deles. A morte de Cristo, portanto, torna-se um grande exemplo didático que mostra o amor de Deus por nós, amor que nos extrai uma resposta agradecida, de modo que somos perdoados ao amá-lo.

(3) A teoria do exemplo

A teoria do exemplo da expiação foi ensinada pelos socinianos, seguidores de Fausto Socino (1539-1604), teólogo italiano que se estabeleceu na Polônia em 1578 e atraiu grande número de adeptos. A teoria do exemplo, à semelhança da teoria da influência moral, também nega que a justiça de Deus exija castigo pelo pecado; diz que a morte de Cristo simplesmente nos provê de exemplo de como devemos confiar em Deus e obedecer-lhe de modo perfeito, mesmo que essa confiança e obediência nos levem a uma morte horrível.

(4) A teoria governamental

A teoria governamental da expiação foi ensinada pela primeira vez por um teólogo e jurista holandês, Hugo Grotius (1583-1645). Essa teoria sustenta que Deus não tinha realmente de exigir castigo pelo pecado, mas, uma vez que ele era Deus onipotente, poderia deixar de lado essa exigência e simplesmente perdoar os pecados sem o pagamento de uma pena. Nesse caso, qual foi o propósito da morte de Cristo? Foi a demonstração divina do fato de que suas leis foram infringidas, que ele é o legislador moral e governador do universo e que alguma espécie de pena seria exigida sempre que suas leis fossem infringidas. Dessa forma, Cristo não paga a pena exatamente

pelos pecados concretos de alguém, mas apenas sofreu para mostrar que quando as leis de Deus são quebradas alguma espécie de pena deve ser paga.

De novo, o problema com essa visão é que ela falha em explicar de modo adequado todas as passagens bíblicas que falam em Cristo carregando nossos pecados sobre a cruz, em Deus lançando sobre Cristo a iniquidade de nós todos, em Cristo morrendo especificamente pelos nossos pecados e em Cristo sendo a propiciação pelos nossos pecados. Além disso, ela retira o caráter objetivo da expiação por tornar o seu propósito não a satisfação da justiça de Deus, mas apenas a influência sobre nós a fim de nos fazer perceber que Deus tem leis que devem ser guardadas. Essa concepção implica também que não podemos confiar de modo correto na obra completa de Cristo quanto ao perdão dos pecados, pois de fato não foram pagos por ele. Além do mais, ela faz com que a conquista efetiva do perdão por nós seja algo que aconteceu na mente do próprio Deus à parte da morte de Cristo sobre a cruz — ele já tinha decidido nos perdoar sem exigir de nós nenhum castigo e então puniu Cristo apenas para demonstrar que ainda era o governador moral do universo. Mas isso significa que Cristo (segundo esse ponto de vista) não conquistou de fato o perdão por nós, e assim o valor de sua obra redentora é reduzido de maneira drástica. Por fim, essa teoria não explica de maneira adequada a imutabilidade de Deus e a infinita pureza de sua justiça. Dizer que Deus pode perdoar pecados sem exigir nenhum castigo (a despeito do fato de que através das Escrituras o pecado sempre requer o cumprimento de uma pena) é subestimar seriamente o caráter absoluto da justiça de Deus.

f. Teria Cristo descido ao inferno? Argumenta-se às vezes que Cristo desceu ao inferno depois de morrer. A frase “desceu ao inferno” não aparece na Bíblia. Mas o Credo Apostólico, amplamente usado, diz: “foi crucificado, morto e sepultado; desceu ao inferno; e ao terceiro dia ressurgiu dos mortos”. Isso significa que Cristo suportou mais sofrimentos após sua morte na cruz? Como veremos abaixo, um exame dos indícios bíblicos indica que não. Mas antes de examinar os textos bíblicos relevantes, deve-se analisar a frase “desceu ao inferno” do Credo Apostólico.

(1) A origem da frase “desceu ao inferno”

Antecedentes obscuros encontram-se por trás de grande parte da história da frase em si. Suas origens, quando podem ser identificadas, estão bem longe de serem louváveis. O grande historiador eclesiástico Philip Schaff resumiu o desenvolvimento do Credo Apostólico num extenso diagrama, parte do qual reproduzimos nas p. 486-488.

(2) Possível apoio bíblico para a descida ao inferno

O apoio para a ideia de que Cristo desceu ao inferno encontra-se principalmente em cinco passagens: Atos 2.27; Romanos 10.6-7; Efésios 4.8-9; 1Pedro 3.18-20 e 1Pedro 4.6. (Tem-se recorrido também a poucas outras passagens, mas de maneira menos convincente.). Numa análise mais detida, será que alguma dessas passagens sustenta claramente esse ensino?

(a) *Atos 2.27*. Isso faz parte do sermão de Pedro no dia de Pentecostes, onde ele cita Salmos 16.10. Na versão King James, o versículo diz: “porque não *deixarás a minha alma no inferno*, nem permitirás que o teu Santo veja corrupção”.

(b) *Romanos 10.6-7*. Esses versículos contêm duas perguntas retóricas, de novo citações do Antigo Testamento (de Dt 30.13): “Quem subirá ao céu?, isto é, para trazer do alto a Cristo; ou: Quem descerá ao abismo?, isto é, para levantar Cristo dentre os mortos”.

(c) *Efésios 4.8-9*. Aqui Paulo escreve: “... que quer dizer subiu, senão que também havia descido às regiões inferiores da terra?” Isso significa que Cristo “desceu” ao inferno? À primeira vista não fica claro o que significa “às regiões inferiores da terra”, mas outra tradução parece dar o melhor sentido: “Que quer dizer ‘ele subiu’, senão que também desceu às *regiões terrenas inferiores?*”

(d) *1Pedro 3.18-20*. Para muitos, essa é a passagem mais intrigante em todo o assunto. Pedro diz que Cristo foi “morto, sim, na carne, mas vivificado no espírito, *no qual também foi e pregou aos espíritos em prisão*, os quais, noutra tempo, foram desobedientes quando a longanimidade de Deus aguardava nos dias de Noé, enquanto se preparava a arca”.

Isso falaria de Cristo pregando no inferno?

Alguns entendem que “foi e pregou aos espíritos em prisão” significa que Cristo foi ao inferno e pregou aos espíritos que ali estavam — ou proclamando o evangelho e oferecendo uma segunda oportunidade de arrependimento, ou só proclamando que havia triunfado sobre eles e que estavam eternamente condenados.

Isso falaria de Cristo pregando a anjos decaídos?

Para dar uma explicação melhor a essas dificuldades, alguns comentaristas propõem que se entenda “espíritos em prisão” como espíritos demoníacos, os espíritos dos anjos decaídos, dizendo que Cristo proclamou condenação a esses demônios. Isso (alegam) consolaria os leitores de Pedro, mostrando-lhes que as forças demoníacas que os oprimiam também seriam derrotadas por Cristo.

Isso falaria de Cristo proclamando libertação aos santos do Antigo Testamento?

Outra explicação é que Cristo, após sua morte, foi proclamar libertação aos crentes do Antigo Testamento que não tinham conseguido entrar no céu antes que se completasse a obra redentora de Cristo.

Uma explicação mais satisfatória

A explicação mais satisfatória de 1Pedro 3.19-20 parece aquela proposta (mas não de fato defendida) por Agostinho: a passagem refere-se não a algo que Cristo fez entre sua morte e ressurreição, mas ao que fez “no âmbito espiritual da existência” (ou “pelo Espírito”) *nos dias de Noé*. Quando Noé estava construindo a arca, Cristo “em espírito” estava pregando por meio de Noé aos incrédulos hostis em torno dele.

(3) Oposições bíblicas a uma descida ao inferno

Acrescentando-se ao fato de haver pouco ou nenhum apoio bíblico para a descida de Cristo ao inferno, há alguns textos do Novo Testamento que argumentam contra a possibilidade de Cristo ter ido ao inferno após sua morte.

As palavras de Jesus ao ladrão na cruz: “hoje estarás comigo no paraíso” (Lc 23.43), implicam que depois de sua morte, a alma (ou espírito) de Jesus foi imediatamente à presença do Pai no céu, ainda que seu corpo permanecesse sobre a terra, sendo sepultado.

(4) Conclusão a respeito do Credo Apostólico e da questão da possível descida de Cristo ao inferno

Será que a frase “desceu ao inferno” merece ser mantida no Credo Apostólico, juntamente com as grandes doutrinas da fé com que todos concordamos? O único argumento em seu favor parece o fato de estar ali há muito tempo. Mas um erro antigo continua sendo um erro e durante todo o tempo em que ali tem estado, tem trazido confusão e desavenças quanto ao seu significado.

D. A AMPLITUDE DA EXPIAÇÃO

Uma das diferenças entre teólogos reformados e outros teólogos católicos e protestantes tem sido a questão da amplitude da expiação. A questão pode ser colocada da seguinte maneira: quando Cristo morreu, pagou os pecados de toda a raça humana ou só os pecados dos que, ele sabia, seriam por fim salvos?

1. Passagens bíblicas empregadas para sustentar a concepção reformada.

Algumas passagens das Escrituras falam do fato de que Cristo morreu por seu povo. “Eu sou o bom pastor. O bom pastor dá a vida *pelas ovelhas*” (Jo 10.11). “Dou a minha vida pelas ovelhas” (Jo 10.15). Paulo fala da “igreja de Deus, a qual ele comprou com o seu próprio sangue” (At 20.28). Ele também diz: “Aquele que não poupou o seu próprio Filho, antes, por todos nós o entregou, porventura, não nos dará graciosamente com ele todas as coisas?” (Rm 8.32).

2. Passagens bíblicas empregadas para sustentar a concepção não reformada (redenção geral ou expiação ilimitada).

Algumas passagens das Escrituras indicam que em algum sentido Cristo morreu por todo o mundo. João Batista disse: “Eis o Cordeiro de Deus, que tira o pecado *do*

mundo” (Jo 1.29). E João 3.16 nos diz que “Deus amou ao mundo de tal maneira que deu o seu Filho unigênito, para que todo o que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna”. Jesus disse: “O pão que eu darei pela vida do mundo é a minha carne” (Jo 6.51).

3. Alguns pontos pacíficos e algumas conclusões sobre textos polêmicos.

Seria bom primeiro alistar os pontos sobre os quais ambos os lados concordam:

1. Nem todos serão salvos.

2. É correto que se ofereça gratuitamente o evangelho a todas as pessoas. É completamente verdadeiro que “quem desejar” pode chegar a Cristo e obter a salvação, e ninguém que chegar a ele será lançado fora. Essa oferta gratuita do evangelho é estendida em boa fé para todas as pessoas.

3. Todos concordam que a própria morte de Cristo, por ser ele o infinito Filho de Deus, possui mérito infinito, sendo em si suficiente para pagar a penalidade dos pecados dos muitos ou dos poucos que o Pai e o Filho decretaram. A questão não está nos méritos intrínsecos dos sofrimentos e da morte de Cristo, mas no número de pessoas pelas quais o Pai e o Filho entenderam, no momento da morte de Cristo, que sua morte seria pagamento suficiente.

4. **Pontos de esclarecimento e cautela a respeito dessa doutrina.** É importante expor alguns pontos de esclarecimento e também algumas áreas em que podemos objetar com justiça contra a maneira pela qual alguns defensores da redenção particular expressam seus argumentos. É também importante perguntar as implicações pastorais desse ensino.

A INICIATIVA DE DEUS NA SALVAÇÃO e A RESPOSTA HUMANA

Doutrina: Eleição e Predestinação (www.ebdweb.com.br)

Leitura: 1 Pe 1.1-21.

Eleição é “o ato soberano de Deus, pela graça, através do qual ele escolheu em Cristo Jesus, para salvação, todos aqueles que previu que o aceitariam” (Thiessen citado por DUFFIELD). Predestinação é um termo mais abrangente, que envolve a eleição (para os crentes) e a reprovação (para os incrédulos).

A Palavra de Deus fala sobre a soberania de Deus na salvação do homem, mas a Bíblia também fala sobre a responsabilidade humana diante da oferta da salvação. É necessário manter-se o equilíbrio ao considerar-se este tema:

Toda iniciativa é de Deus

A salvação vem de Deus (Sl 3.8). Toda a iniciativa da salvação vem do Criador. Não foi o homem quem escolheu salvar-se, mas Deus quem quis oferecer ao homem a comunhão com Ele mesmo e a vida eterna, pois o homem estava morto espiritualmente e não podia dar vida a si mesmo (Ef 2.1-3,5,6). Cristo diz aos discípulos: “Não me escolhestes vós a mim, mas eu vos escolhi a vós” (Jo 15.16). O pecador sem a graça de Deus, não entende nem aceita as coisas de Deus (1 Co 2.14; 2 Co 4.4; Ef 4.18). A Bíblia afirma que todos pecaram (Rm 3.23) e que nossas justiças não têm valor redentivo diante de Deus (Is 64.6; Ef 2.8-10).

A Bíblia afirma a eleição (1 Ts 1.4; Cl 3.12; Ef 1.4,5; 2 Ts 2.13). Vemos a eleição dos anjos (1 Tm 5.21), de Cristo (Mt 12.18; 1 Pe 2.4,6) e dos crentes, individual (Rm 16.13; 2 Jo 1.1,13) ou coletivamente (Rm 8.33; 1 Pe 2.9). Em nenhum ponto, contudo, a Bíblia ensina predestinação para condenação (reprovação), e não é necessário, pois todos pecaram e, sem a graça de Deus, estariam perdidos.

Deus tomou a iniciativa quanto a:

O propósito de salvar - determinado antes da fundação do mundo (Ef 1.4; Rm 8.28; 2 Ts 2.13; 2 Tm 1.9). Deus, em Sua sabedoria, sabia que o homem pecaria, então juntamente com o propósito de criar, também determinou salvar.

O meio de salvação - a morte de Cristo (Ef 1.4,5). Todos os atos envolvidos (encarnação, crucificação, ressurreição, ascensão, retorno) foram planejados (Ap 13.8; At 2.23,24).

Os indivíduos salvos - Deus elegeu todos os que hão de ser salvos (Ef 1.4,5; Rm 8.28-30; 1 Pe 1.2; At 13.48; 2 Ts 2.13,14). Esta eleição foi feita segundo a presciência de Deus (Rm 8.29; Ef 1.4; 1 Pe 1.2). Não dependente da presciência, como um passo posterior, mas intrinsecamente ligada a ela.

Em seu perfeito conhecimento, Deus sabe todas as coisas antes que elas aconteçam (Rm 4.17). SEVERA cita Henry Thiessen para explicar a eleição na base da fé prevista por Deus, mas não uma fé comum, senão uma fé produzida pela graça divina: “como a humanidade está irremediavelmente morta em delitos e pecados e nada pode fazer para obter a salvação, Deus graciosamente restaura a todos os homens a capacidade suficiente para fazer a escolha na questão da submissão a ele. Esta é a graça salvadora de Deus que apareceu a todos os homens - **Tt 2.11**. Em Sua presciência, Ele tem consciência do que cada um vai fazer com esta capacidade restaurada, e, então, elege os homens para a salvação em harmonia com Seu conhecimento da escolha que fazem a respeito dEle”. Assim, tudo é pela graça (Jo 6.44; 16.8,9; Ef 2.8) - grifo nosso.

É necessário fazer uma distinção entre a presciência e predestinação. Deus pode prever algo sem determinar que isso aconteça. Por exemplo, Deus previu a entrada do pecado no mundo, mas não determinou que isto acontecesse.

A responsabilidade humana

Deus deu às suas criaturas o livre-arbítrio (liberdade de ação). Todos reconhecem a liberdade com um bem (ninguém faz passeatas contra ela!). Contudo, esta liberdade de escolha moral acarreta tanto a escolha de fazer o bem quanto o mal. É bom ser livre, mas a liberdade torna o mal possível. Deus nos deu a liberdade, mas somos responsáveis pelos nossos atos livres. Alguns teólogos afirmam que o homem é livre apenas para fazer o que deseja, e como só deseja pecar, não é livre para fazer o bem, pois somente Deus dá o desejo para o bem. No entanto, seguindo este raciocínio, quem deu ao diabo e a Adão o desejo de pecar, visto que Deus os criou bons? Para não acusar Deus de haver criado o mal - algo impensável (Tg 1.13) -, temos que aceitar que o pecado é fruto da vontade das criaturas e, portanto o homem é livre para fazer algo além do que deseja (Rm 7.15,19; Gl 5.17), embora, por causa da queda, necessita da graça de Deus para fazer o bem.

A Bíblia mostra que o homem fica livre e responsável por suas decisões (Lc 9.23; Ap 22.17). Somos responsáveis pelo que fazemos (Gl 6.7) Se os seres que Deus criou não puderem ser responsabilizados por suas escolhas certas, também não poderão ser responsabilizados pelas escolhas erradas. Assim, seríamos obrigados a aceitar a idéia de que o homem não foi responsável pela queda, como o diabo não foi responsável pelos seus erros, o que foge completamente à verdade. O homem tem a capacidade de fazer escolhas, embora precise da ação do Espírito Santo para reconhecer seu estado pecaminoso e aceitar a Cristo como seu Salvador.

No plano geral de Deus, a obra de Cristo visa a todos (Gn 12.2; Mt 28.19,20; 1 Jo 2.1,2; Ef 3.6; 2 Pe 3.9, 1 Tm 2.3,4, Tt 2.11, Ez 33.11). Cristo morreu para oferecer a salvação a todo homem (Hb 2.9; At 17.30). Dentro desse plano vem a eleição, que inclui a liberdade e responsabilidade do indivíduo (Rm 2.12; Mt 11.20-24).

Deus não faz acepção de pessoas (Rm 2.4-11, At 10.34). Desta maneira, não escolheria uns para salvação e outros para perdição, sem dar-lhes oportunidade de tomar uma decisão. O que leva o homem à perdição não é a falta de eleição, mas o pecado e a falha em não aceitar Jesus (Mc 16.16; Jo 3.18).

O pecador não é salvo por crer, ou seja, pelo seu ato, mas pela graça de Deus, por meio da fé (Ef 2.8,9). Os crentes foram vistos antecipadamente em Cristo quando Deus os escolheu. Eles estavam em Cristo porque aceitaram pela fé a oferta da salvação que Ele fez.

Soberania divina x Livre-arbítrio humano

A soberania divina e o livre-arbítrio humano não são conceitos mutuamente excludentes. O direito de escolha do homem não anula o controle de Deus, pelo contrário, exalta-o. É preciso ser muito mais poderoso para manter o controle num universo de múltiplas escolhas do que num universo de “cartas marcadas”, onde tudo segue uma ordem previamente estabelecida, sem possibilidade de mudanças.

Podemos ver esta ocorrência conjunta, do livre-arbítrio e da soberania, na morte de Cristo: A salvação é pela fé, não pelas obras (Ef 2.8,9). E Cristo morreu para garantir a salvação a todo aquele que nele crer (Lc 13.3, Jo 3.16-18, At 16.31; 17.30). Se não fosse assim, não fazia sentido a pregação do evangelho, como Cristo mandou fazer (Mc 16.15).

O homem tem o direito de escolha, dado por Deus. Assim, a criatura pode resistir ao chamado do Criador (Mt 23.37, At 7.51, Jo 1,11,12). Portanto, a salvação também tem uma pequena participação humana: aceitar a oferta de Deus - a Salvação em Cristo. O homem tem poder sobre sua própria vontade (1 Co 7.37). Assim, o Espírito Santo conduz a Cristo somente aqueles que o permitem.

Importância desta doutrina

Se toda a iniciativa da salvação é de Deus, então pode gloriar-se de ser salvo, mas temer Aquele que o salvou (Rm 11.20,21).

Se a salvação é oferecida a todos, desde que creiam e aceitem a Cristo, devemos pregar a Palavra de salvação a todos, a fim de salvar a muitos (1 Co 9.22). Somos como os leprosos que descobriram uma abundante benção que pode salvar a todos e não podemos ficar calados (2 Rs 7).

Obras consultadas:

DUFFIELD, Guy P.; VAN CLEAVE, Nathaniel M. Fundamentos da Teologia Pentecostal. São Paulo: Quadrangular, 2000.

GEISLER, Norman. Eleitos, Mas Livres. São Paulo: Vida, 2001.

HORTON, Stanley M. Teologia Sistemática. Rio de Janeiro: CPAD, 1996.

SEVERA, Zacarias de Aguiar. Manual de Teologia Sistemática. Curitiba: A.D.Santos, 1999.

WILEY, H. Orton; CULBERTSON, Paul T. Introdução à Teologia Cristã. São Paulo: Casa Nazarena de Publicações, 1990.

GRAÇA PREVENIENTE – Preventiva ou Salvadora)

Uma doutrina arminiana crucial é a graça preveniente, na qual os calvinistas também acreditam, mas os arminianos a interpretam diferentemente. A graça preveniente é simplesmente aquela graça de Deus que convence, chama, ilumina e capacita, e que precede a conversão e torna o arrependimento e a fé possíveis. Os calvinistas a interpretam como irresistível e eficaz; a pessoa em quem ela opera irá crer e arrepender-se para salvação. Os arminianos a interpretam como resistível; as pessoas são sempre capazes de resistir à graça de Deus, como a Escritura chama a atenção (At 7.51). Mas sem a graça preveniente, elas inevitavelmente e inexoravelmente resistirão à vontade de Deus por causa de sua escravidão ao pecado.

Quando falamos de “graça preveniente” estamos pensando na que “precede”, que prepara a alma para a sua entrada no estado inicial da salvação. É a graça preparatória do Espírito Santo exercida para o homem enfraquecido pelo pecado. Pelo que se refere aos impotentes, é tida como força capacitadora. É aquela manifestação da influência divina que precede a vida de regeneração completa.

Em um sentido, então, os arminianos, como os calvinistas, creem que a regeneração precede a conversão; o arrependimento e a fé são somente possíveis porque a velha natureza está sendo dominada pelo Espírito de Deus. A pessoa que recebe a total intensidade da graça preveniente (isto é, através da proclamação da Palavra e a chamada interna correspondente de Deus) não mais está morta em delitos e pecados. Entretanto, tal pessoa não está ainda completamente regenerada. A ponte entre a regeneração parcial pela graça preveniente e a completa regeneração pelo Espírito Santo é a conversão, que inclui arrependimento e fé. Estes se tornam possíveis por dádiva de Deus, mas são livres respostas da parte do indivíduo. “O Espírito opera com o concurso humano e por meio dele. Nesta cooperação, contudo, dá-se sempre à graça divina preeminência especial.”

A ênfase sobre a antecedência e preeminência da graça forma o denominador comum entre o Arminianismo e o Calvinismo. É o que torna o sinergismo arminiano “evangélico.” Os arminianos levam extremamente a sério a ênfase neotestamentária na salvação como um dom da graça que não pode ser merecido (Ef 2.8). Entretanto, as teologias arminianas e calvinistas – como todos os sinergismos e monergismos – divergem sobre o papel que os humanos desempenham na salvação. Como Wiley observa, a graça preveniente não interfere na liberdade da vontade. Ela não dobra a

vontade ou torna certa a resposta da vontade. Ela somente capacita a vontade a fazer a escolha livre para cooperar ou resistir à graça. Essa cooperação não contribui para a salvação, como se Deus fizesse uma parte e os humanos fizessem outra parte. Antes, a cooperação com a graça na teologia arminiana é simplesmente não resistência à graça. É meramente decidir permitir a graça fazer sua obra renunciando a todas as tentativas de auto justificação e autopurificação e admitindo que somente Cristo possa salvar. Todavia, Deus não toma esta decisão pelo indivíduo; é uma decisão que os indivíduos, sob a pressão da graça preveniente, devem tomar por si mesmos.

Fonte: Arminianismo

Fonte: Roger E. Olson, Arminian Theology: Myths and Realities, pp. 35-36

Graça Preveniente

A salvação começa com o dom gratuito de graça preveniente que Deus concede, desde o momento em que nascemos. Graça preveniente é a presença e obra do Espírito Santo. É a graça preveniente que nos aproxima ou atrai de Deus, despertando nas nossas almas a necessidade de Deus. Esta graça, tal como toda a graça, pode ser resistida. Mas se permitida a fazer a sua obra, a graça preveniente e a presença do Espírito Santo conduzirão a pessoa ao ponto de “despertamento.”

É nesse ponto que somos convencidos da nossa própria pecaminosidade e incapacidade longe de Deus. Esta consciencialização de necessidade pode vir na esteira de eventos, sermões, do testemunho de outros, ou mesmo de algo mais interno consoante a operação do Espírito. Se nós nos permitirmos ser despertados, o passo seguinte é o passo do arrependimento.

Antes de passarmos ao arrependimento, há três outras funções da graça preveniente que precisam ser consideradas aqui:

Primeiro, o Espírito Santo está tão ativo no mundo que é possível afirmar que “toda a verdade vem de Deus.” Não é preciso ser Cristão para ser um brilhante cirurgião. Na verdade, todos provavelmente escolheríamos ser operados por um excelente cirurgião ateu, do que por um medíocre cirurgião Cristão.

Segundo, a graça preveniente, que é dada a todo o ser humano, proverá graça salvadora em situações onde a plena aceitação de Jesus Cristo não é possível.

Situações dessas incluiriam crianças que morrem antes da idade da responsabilidade, doentes mentais, e aqueles que nunca tiveram a oportunidade ouvir o evangelho, como por exemplo, uma mulher Hindu do século sexto antes de Cristo. Os que nunca ouviram o evangelho serão julgados de acordo com a “luz” —a graça preveniente —

que tiverem recebido — Romanos 1 e 2. Wesley passou uma boa porção de tempo contemplando este aspecto da obra do Espírito.

Terceiro, de acordo com os Wesleyanos, a graça preveniente faz-nos responsáveis pelo nosso pecado perante Deus. Se nascemos numa condição de pecado original que faz de nós tão depravados que não podemos deixar de escolher o mal, e isso continuamente, como pode um Deus justo julgar-nos por algo que não podemos evitar? A graça preveniente restaura-nos para um livre arbítrio em graça de modo que a justiça de Deus permanece justificada.

Arrependimento

No esquema de Wesley, o despertar está intimamente ligado ao arrependimento. De certa forma, é difícil distinguir onde termina um e começa o outro. Pode ser visto como um “remorso piedoso” — o sentido de que por causa do nosso pecado nós não estamos em relacionamento correto com Deus, embora queiramos estar. O segundo sentido de arrependimento é o real abandono do pecado e reparo dos nossos caminhos.

Um ponto chave para Wesley é que este segundo aspecto do arrependimento só é possível mediante a fé. De outro modo, estaríamos impropriamente ligando a salvação aos nossos próprios esforços pessoais de alcançar a retidão. É só a graça, através da fé, que nos capacita a arrepender neste segundo sentido.

Fé

A dívida que Wesley tinha para com os Moravianos e a tradição Luterana no tocante à natureza da fé não pode ser subestimada. Contudo, Wesley não se limitou a aceitar simplesmente essa noção sem modificação. O seu pensamento evoluiu com o tempo. O seu encontro inicial com os Moravianos alterou a sua noção de salvação. Numa palavra, enquanto que antes de 1737 Wesley acreditava que a santificação precedia a justificação, depois de 1738 Wesley inverteu a ordem.

Somos justificados pela fé somente, *sola fide*. Não nos tornamos justos a fim de nos fazermos dignos da justificação Divina. A justificação é um dom gratuito de Deus, tal como o é a própria fé. Mas à luz do principal interesse de Wesley no aspecto “terapêutico” e “santificador” da salvação — e não na ênfase Ocidental sobre o perdão de culpa — e à luz do conceito que Wesley tinha do relacionamento dinâmico e cooperativo que temos com Deus na nossa própria salvação — em vez da ênfase Reformista sobre a irresistibilidade da graça — a própria definição que Wesley dá da fé amplia-se.

Na “*religião experiencial*” de Wesley, fé no sentido de mera aceitação de uma gama de afirmações nunca constituiria fé de verdade. Do mesmo modo, a fé estende-se para além da justificação e torna-se a essência da crença em Cristo para todo o momento ao longo da jornada da salvação. A fé é o relacionamento cooperativo que temos com

Deus. Isso é conhecido como *sinergismo* — e não *monergismo* — e é fundamental para toda teologia Wesleyana.

O Testemunho do Espírito

Um elemento chave na noção que Wesley tem da experiência Cristã é a sua doutrina do testemunho do Espírito, também conhecida como a doutrina da segurança. À semelhança do que se deu com as suas outras doutrinas, também a doutrina da segurança evoluiu com o tempo. Na sua fase jovem — pré-Aldersgate — Wesley ligou a segurança à fé. Mas nessa altura, fé para Wesley constituía uma aceitação racional das postulações básicas da tradição Cristã, particularmente a Anglicana. As suas próprias lutas espirituais e falta de segurança pessoal, a despeito da sua ortodoxia, cedo o levaram a questionar a validade deste tipo de certeza racional.

O seu contacto com os Moravianos muito influenciou a compreensão que Wesley tinha da doutrina da segurança, ao ponto de ele chegar a defender que todos os Cristãos podiam perceber a obra do Espírito Santo nas suas vidas. Este entendimento de Wesley baseava-se em Romanos 8.15-16, que diz, “Pois não recebestes o espírito de escravidão para outra vez estardes em temor, mas recebestes o espírito de adoção, pelo qual clamamos: Aba, Pai! O mesmo Espírito testifica com o nosso espírito de que somos filhos de Deus.” À semelhança dos Moravianos, Wesley acreditava que nós devemos almejar esta experiência de tal maneira que se não a temos, então é justo questionar a nossa fé em Cristo.

A insistência dos Moravianos em defender que com a experiência da segurança os Cristãos passam a ter gozo, paz e certeza, e isso continuamente, eventualmente veio a perturbar a Wesley. O Wesley sênior chegou a crer que enquanto que nós devemos esperar a segurança de que fala Romanos, é possível possuir fé salvadora sem ela. É igualmente possível perder a nossa segurança sem, contudo perder a salvação.

Justificação

Ser justificado por Deus significa que os nossos pecados estão perdoados. A culpa pelos nossos pecados é removida. Deus não mais nos condena pelas nossas transgressões contra Ele. Wesley reiterou a justificação. Mas ele acreditou que a salvação mais plena vai para além da justificação para lidar com o problema subjacente do mal. O seu modelo “terapêutico” leva-o mais longe.

Regeneração

O termo favorito de Wesley para salvação era “Novo Nascimento.” Este conceito implica que somos regenerados, “nascidos de novo,” e feitos novas criaturas em Cristo. Wesley jamais desejou que a sua doutrina de santificação minimizasse o poder e significado do novo nascimento.

Adoção

Como vimos acima na seção sobre a segurança, Wesley firmemente declara a importância de ser filho de Deus e co-herdeiro com Cristo. Este aspecto da salvação também implica que somos nascidos numa família, numa comunidade de irmãos e irmãs em Cristo. Isso nos impede de imaginar a salvação como um evento e uma vida puramente privados.

Redenção

Redenção implica libertação do pecado. O Êxodo funciona como metáfora da redenção. A redenção também implica receber um novo propósito, nomeadamente amar a Deus com todo o nosso ser, e ao próximo como a nós mesmos. Nossas vidas são remidas do pecado e para o amor.

Reconciliação

Somos reconciliados com Deus. Este é um tema que encontramos nos escritos de Wesley, e também nos hinos de Charles. Neste sentido, a alienação e separação de Deus implícita no pecado é derrotada quando entramos num novo relacionamento com Deus.

Havendo chegado à conclusão de que o ser humano é pecador, sem possibilidade alguma de, por si mesmo, libertar-se do pecado e recuperar a comunhão com Deus que lhe seria possível em estado de pureza, somos agora levados à pergunta mais importante para a nossa vida: Como podemos nós ser salvos? A resposta está na própria Escritura: "Pela Graça de Deus sois salvos".

O Que é Graça de Deus? Quando se fala em graça de Deus tem-se, geralmente, a impressão de que é algo que Deus concede ao ser humano, uma realidade independente de Deus, uma força misteriosa, um poder extraordinário, que opera a salvação.

Todavia a graça de Deus não é nada mais que a disposição benevolente de Deus para com o ser humano, sua misericórdia posta em ação a favor do ser humano, exercendo-se de tal maneira que o ser humano possui agora uma possibilidade de ser salvo. Dizer "somos salvos pela graça de Deus", significa então que somos salvos pela misericórdia de Deus posta em ação a nosso favor.

A graça de Deus estava aberta a todos os homens e mulheres. Não apenas aberta a todos mas presente em todos. Wesley acreditava que a Graça Salvadora (ou Preventiva, como ele a chamava) estava em atuação no coração de todos os seres humanos, ao lado de sua consciência, a própria presença de Deus em ação, por sua

misericórdia, procurando levar o ser humano ao arrependimento: "Parece ser esta faculdade a que se referem usualmente aqueles que falam de consciência natural, expressão encontrada amiúde em alguns dos nossos melhores autores, contudo não estritamente certa, pois, embora possa ser chamada natural, por achar-se em todos os homens, não é, todavia natural, propriamente falando-se, mas um dom sobrenatural de Deus, acima de todos os seus dotes naturais".

Era esta graça universal a verdadeira boa nova do Evangelho, que anunciava a todos os homens e mulheres a salvação pela fé em Jesus Cristo. Wesley não a cria eficiente, isto é, ela não realizava a salvação, mas plenamente eficaz, suficiente e capaz para salvar a todos os que cressem.

d. Resposta à Graça de Deus: Colocada, porém, diante dos homens e mulheres a graça de Deus não lhes permitia uma situação de indiferença. Ela era um desafio a que todos os homens e mulheres deveriam responder afirmativa ou negativamente. Responder indiferentemente era apenas outra maneira de repudiá-la, "apagando o Espírito", expressão que Wesley tomara emprestada à Escritura e usava constantemente.

A rejeição consciente da graça de Deus era na verdade, a escolha da perdição eterna, uma vez que não havia outra maneira de poder o ser humano alcançar a salvação.

Isto nos leva ao ponto de considerar se o ser humano pode ou não resistir à graça de Deus. É a graça de Deus irresistível como muitos acreditavam? Absolutamente, responderia Wesley. Não apenas o homem e mulher podem resistir à graça de Deus mas até mesmo destruir aquela graça divina que já está alojada em seu coração. Neste sentido negativo o ser humano é senhor absoluto de seu destino e capitão de sua própria salvação. E algumas vezes a graça de Deus opera de maneira irresistível, "como um relâmpago caindo dos céus", ele declara decisivamente que este não é o método usual da operação divina e que mesmo nestes casos esta irresistibilidade é passageira, dependendo finalmente do ser humano, como veremos no tópico Doutrina do Livre Arbítrio, a decisão final a respeito de sua salvação.

Ou como diz Santo Agostinho, que Wesley cita em um de seus sermões: "Qui fecit sine nobis, non salvabis nos sine nobis, "ou seja, "Aquele que nos fez sem nossa atuação não nos salvará sem nosso assentimento"(consentimento, concordância).

Obs.: As citações feitas de João Wesley foram retiradas da COLETÂNEA DA TEOLOGIA DE JOÃO WESLEY, de Burtner e Chiles, pág. 117 e 118 (1ª citação) e p. 152 (2ª citação).

UNIDADE IV - PNEUMATOLOGIA

O QUE CREMOS ACERCA DO ESPÍRITO SANTO

Espírito santo – Procedência – Personalidade e Divindade

Sentido etimológico do termo “Espírito” – Vem do hebraico “Ruach”. No grego é “Pneuma” Significado: Vento, sopro, respiração.

Procedência do Espírito Santo – Procede do Pai e do Filho. É da mesma substância, majestade e glória que a do Pai e do Filho, sendo também verdadeiro e eterno Deus. (João 15:26)

Os teólogos trinitarianos chamam a esta procedência de “Derivação de essência”. Cremos na unidade divina da essência em três pessoas. Tomamos o Pai como a fonte da divindade em conjunto com o Filho e o Espírito.

Não se pode desmontar a Unidade da essência divina, senão teremos três deuses. Trindade não é triteísmo. As pessoas da trindade não são divindades distintas e independentes, mas **UM ÚNICO DEUS**.

Personalidade do Espírito Santo – Desde o primeiro século do cristianismo houve controvérsias diversas na cristologia, na soteriologia e na pneumatologia. Os arianos, socianos e unitarianos, defendiam que o Espírito Santo era um mero atributo, energia ou emanção da divindade, negando-lhe a personalidade.

Sabemos que “Personalidade” requer elementos tais como: Inteligência: Faculdade de saber, conhecer, investigar. Determinação ou volição: Faculdade de querer, decidir. Consciência Moral: Faculdade de discernir, escolher por si mesmo.

As ações atribuídas ao Espírito Santo são predicados de um ser pessoal. Os textos a seguir mostram o Espírito vindo, convencendo, guiando, falando, testificando, ensinando, lembrando.

Textos: João 16:7-8 e 13, 15:26, 14:26, Atos 13:2-4, I Co. 2:13, I João 5:7, Atos 5:9, Is. 63:10, Ef. 4:30, 2 Pe. 1:21.

O ato de “selar” – Desde os tempos antigos os reis e nobres selavam as suas cartas com os seus sinetes. O Espírito Santo, como pessoas divina, sela os que lhe pertencem. Ver Ef. 1:13 e II Co. 1:21-22

A divindade do Espírito Santo – Honras, obras, atributos e nomes atribuídos ao Espírito Santo são predicados divinos. Veja os textos:

Mt. 12:31, 2 Co. 13:13 (Bênção apostólica) Mt. 28:19 (Fórmula batismal)

Sua participação nas Obras de Deus – Gn. 1:2, Sl.104:30

Atributos – Deus tem atributos incomunicáveis e vemos estes atributos conferidos ao Espírito Santo.

Unidade – Ef.4:4

Eternidade – Hb. 9:14

Onisciência – I Co. 2:10

Onipotência – Rm. 15:19

Onipresença – Sl. 139:7

Sabedoria – Isaias 11:2

Verdade – João 15:26

Santidade – Rm.1:4

Bondade – Sl. 143:10

Conclusão:

Se títulos elevados, atributos característicos de Deus, obras e honras são conferidos a uma **mera energia, influência ou força sem existência pessoal estaria a igreja com um grande problema: deificação de uma coisa e isto é IDOLATRIA!**

Porém. A Bíblia ensina que Deus é ESPÍRITO!

Nomes dados ao Espírito: Espírito de Deus – Ef. 4:30, Espírito de Cristo: Rm. 8:9, Espírito da verdade: João 14:17, Outro consolador: João 14:16, Guia: João 16:13, Mestre: João 14:26, Revelador: I Co. 2:10.

Atitudes dos homens que impedem a ação do Espírito.

a) Resistir – At. 7:51 (Atitude oposicionista)

b) Entristecer – Ef. 4:30 – Isto ocorre quando o homem carnal domina e é levado a cometer faltas como furto, ira, etc.

c) Extinguir – I Ts. 5:19 – Ação de extinguir o fogo o fogo do espírito.

d) Blasfêmia – Mt. 12:31-32, Hb. 10:29 – Que pecado é este? Veja o contexto: Os líderes religiosos estavam afirmando que Jesus operava milagres e expulsava demônios pelo espírito de Belzebu, maioral dos demônios. Esta afirmativa categórica deles foi tida como blasfêmia.

SIMBOLOS DO ESPÍRITO SANTO: Símbolo: Aquilo que, por princípio de analogia, representa ou substitui outra coisa.

1. Água

"Porque derramarei água sobre o sedento, e rios sobre a terra seca; derramarei o meu ESPÍRITO sobre a tua posteridade, e a minha bênção sobre os teus descendentes" (Is 44.3).

A água encontra-se em três regiões do Universo:

- *na expansão dos céus (Gn 1.6-10);*
- *sobre a face da terra (Gn 7.11);*
- *debaixo da terra (Jo 38.30).*

Esta é uma figura real do ESPÍRITO SANTO - Ele opera nas três dimensões da constituição humana, produzindo a regeneração do espírito, da alma e do corpo (cf. 1 Ts 5.23). A operação miraculosa do ESPÍRITO no homem produz um tipo de "lavagem da regeneração e da renovação do ESPÍRITO SANTO" (Tt 3.5). Certamente era este o sentido das palavras do apóstolo Paulo, ao ensinar a igreja de Corinto sobre a atuação poderosa do ESPÍRITO: "Todos temos bebido de um ESPÍRITO" (1 Co 12.13). Uma outra figura, utilizada por JESUS, compara o ESPÍRITO SANTO a "rios de água viva". Em seu imortal discurso em Jerusalém, no último dia da festa, o Mestre convida: "Se alguém tem sede, venha a mim, e beba. Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios de água viva correrão do seu ventre. E isso disse ele do ESPÍRITO, que haviam de receber os que nele cressem..." (Jo 7.37-39).

O ato de beber do ESPÍRITO SANTO fala evidentemente de algo que mata a nossa sede espiritual. Alguns têm fome e sede de justiça (Mt 5.6); outros têm fome e sede de evangelizar os perdidos (Rm 15.19,20); outros ainda têm fome e sede de uma comunhão perfeita e permanente com o ESPÍRITO (Gl 5.25). O ESPÍRITO, como fonte perene, calma e cristalina, satisfaz toda e qualquer necessidade espiritual ou reverte o estado de sequeidão em nossa vida. Ele é realmente a Água da vida, que "refrigera a nossa alma" nos desertos cálidos deste mundo injusto e cruel.

O cálice, neste caso, fala da comunhão entre o ESPÍRITO SANTO e o crente que se dispõe a seguir sua orientação. Pão e água são os dois elementos essenciais à sobrevivência humana. No campo espiritual isso é ainda mais evidente: CRISTO, o Pão da vida, satisfaz a nossa fome espiritual (Jo 6.35); o ESPÍRITO SANTO, a Água da vida, satisfaz a nossa sede espiritual (Ap 22.17).

2. Chuva

"E a elas [as ovelhas], e aos lugares ao redor do meu outeiro, eu porei por bênção; e farei descer a chuva a seu tempo: chuvas de bênção serão" (Ez 34.26). Tiago, o irmão do Senhor JESUS é autor da epístola que leva o seu nome, menciona "as primeiras chuvas e últimas chuvas", como sendo a "chuva temporã e serôdia", baseado na metáfora agrícola (Tg 5.7). O apóstolo sabia muito bem dessas chuvas, por experiência pessoal. Os lavradores palestinos esperavam o "precioso fruto da terra", aguardando as chuvas oportunas, tanto as primeiras (no hebraico, yoreh ou moreh) como as últimas (no hebraico, malhos).

Na Palestina, a estação chuvosa normalmente começa nos primeiros dias de outubro e muitas vezes se prolonga até janeiro, quando se transforma em neve. As primeiras chuvas proveem umidade à semente recém-plantada, para que possa germinar. Portanto, é sinal para a semeadura.

As últimas chuvas ocorrem em abril e maio, e são necessárias para que a semente amadureça. Este simbolismo, aplicado ao ESPÍRITO SANTO, fala da beneficência que Ele traz à Igreja como um todo e ao crente em particular. A chuva sempre foi retratada como sendo uma "bênção de DEUS", que traz alegria aos corações (At 14.17).

Na metáfora de Tiago, o simbolismo é perfeito: o ESPÍRITO SANTO desceu no dia de Pentecoste, preparando assim a terra para a grande semeadura da Palavra de DEUS. Depois, no decorrer dos séculos, as últimas chuvas, ou seja, suas manifestações contínuas neste mundo, especialmente onde a vontade de DEUS é aceita, têm produzido o amadurecimento e garantido uma safra de almas abundante (cf. Jo 4.35-38).

No final, aparece o "precioso fruto da terra" como o resultado satisfatório da chuva, da semeadura e da colheita.

- O "precioso fruto da terra" é a Igreja;
- O "lavrador" é DEUS. Assim interpretou JESUS: "Eu sou a videira verdadeira, meu Pai é o lavrador" (Jo 15.1);
- a "chuva temporã" é a descida do ESPÍRITO SANTO no dia de Pentecoste (At 2.1-4);

• a "chuva serôdia" refere-se a outras manifestações do ESPÍRITO: batizando os crentes e concedendo-lhes dons (At 8.15-17; 9.17; 10.44-46; 19.1-6; 1 Co 1.7; 12.1-11). E, na Igreja que se seguiu, a chuva do ESPÍRITO SANTO tem continuado e continuará até o dia do arrebatamento da Igreja por JESUS CRISTO (Mc 16.17 etc...).

3. Rio

"Quem crê em mim, como diz a Escritura, rios de água viva correrão do seu ventre" (Jo 7.38).

Logo no versículo seguinte, encontramos o significado destas palavras de JESUS: "Isto disse ele do ESPÍRITO, que haviam de receber os que nele cressem".

Este deve ser também o sentido de Salmos 46.4: "Há um rio [o ESPÍRITO] cujas correntes [os dons espirituais] alegram a cidade [Igreja] de DEUS, o santuário [coração] das moradas do Altíssimo".

Um rio pode surgir de uma fonte, de um lago ou do derramamento de geleiras. O lugar onde ele nasce é chamado de nascente ou cabeceira. A partir daí, o rio corre em direção a outro rio, a um lago ou mar, onde lança suas águas. O lugar onde o rio lança suas águas chama-se foz.

Chamamos curso ao caminho percorrido por um rio entre sua cabeceira e sua foz; o terreno sobre o qual as águas correm é denominado leito. As terras de um e outro lado do rio são as margens.

De acordo com historiadores judaicos, o último dia da festa dos Tabernáculos era denominado "Dia do Grande Hosana", porque se fazia um circuito, por sete vezes, em torno do altar, ao mesmo tempo que todos clamavam: "Hosana!"

Antes do dia final, um sacerdote trazia, em um vaso de ouro, água tirada do tanque de Siloé, e então, acompanhado por um cortejo jubiloso, seguia até o Templo. Despejava a água sobre o altar, juntamente com vinho, cerimônia esta acompanhada pelo cântico do Halel (Sl 113-118). Simbolicamente, segundo os rabinos, esta água mitigava a sede espiritual do povo.

JESUS, entretanto, mostrou àquela gente que sua missão era outorgar uma água eterna, que é o "derramar do ESPÍRITO SANTO em cada coração". A água anunciada por CRISTO não será tirada do Siloé nem levada ao Templo, porque cada crente será um templo do ESPÍRITO SANTO e uma fonte de vida; não meramente um único rio, mas rios, o que expressa, no pensamento geral da Bíblia, um derramamento do ESPÍRITO SANTO em sua plenitude (Jl 2.28; At 2.17,18; 10.45; Tt 3.5,6).

4. Orvalho

"Assim pois te dê DEUS do orvalho dos céus, e das gorduras da terra, e abundância de trigo e de mosto" (Gn 27.28).

Encontramos, no Antigo Testamento, cerca de 34 referências sobre o orvalho, como sendo um refrigério adicional à escassez das chuvas temporã e serôdia. Era necessário durante o período de estiagem, para revigoramento da erva e da relva (Dt 32.2). Tornou-se assim, um símbolo do ESPÍRITO SANTO, por cair gradualmente e, algumas vezes, de maneira imperceptível nos corações humanos. Onde cai o orvalho, ali DEUS ordena a bênção e a vida para sempre (Sl 133.3), trazendo prosperidade à alma sob a influência do ESPÍRITO SANTO, como gotas copiosas.

5. Vento

"O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz; mas não sabes donde vem, nem para onde vai; assim é todo aquele que é nascido do ESPÍRITO (Jo 3.8). Os ventos sempre trazem consigo as características dos lugares de onde vêm. Assim podemos descobrir, através de nosso sistema sensível, os ventos quentes e os frios, os úmidos e os secos. Para sabermos se estamos caminhando em direção a terra ou em direção ao mar, basta parar um pouco ao cair da noite e analisar a direção do vento.

Os ventos mais importantes para esse tipo de orientação são os alísios. Os ventos alísios são carregados de umidade, pois vêm dos oceanos. Pela madrugada, as brisas continentais (ventos que sopram da terra para o mar) tornam-se mais essenciais para orientação. Assim, é fácil saber se as brisas estão soprando para o mar ou para a terra. A pressão depende da temperatura, e os ventos, dos diferentes níveis de pressão. Assim, de madrugada a terra está mais "fria" que a água, o que significa maior pressão atmosférica sobre a terra. Por isso, o vento sopra do continente para a água. À tarde, ou ao cair da noite, a água está menos quente que a terra, o que quer dizer maior pressão do ar sobre a água.

Assim o diz a ciência, e assim acontece com o soprar do ESPÍRITO SANTO em nossas vidas.

Se Ele sopra "suave", está indicando a direção traçada por DEUS a favor de seus filhos, numa rota onde a calma e a tranquilidade nos esperam (cf. Gn 8.1).

Se Ele sopra "veemente e impetuoso", como no dia de Pentecoste, é sinal evidente de sua presença com manifestações de poder (At 2.1-4; Hb 2.4).

Se Ele sopra apenas com "gemidos inexprimíveis", está nos alertando de perigos iminentes (cf. Rm 8.26; Hb 3.7,8).

Esses movimentos do ESPÍRITO SANTO são completamente desconhecidos para o pecador. Por isso JESUS instruiu Nicodemos, um mestre do primeiro século de nossa era, acerca do "movimento" produzido pelo ESPÍRITO SANTO neste mundo.

Então o Mestre disse: "O vento assopra onde quer, e ouves a sua voz; mas não sabes [Nicodemos é que não sabia] donde vem, nem para onde vai". Assim, Nicodemos não sabia também do movimento operado pelo ESPÍRITO SANTO, que produz a regeneração do homem, porque isso se "discerne espiritualmente" (Jo 3.8; 1 Co 2.14).

6. Óleo

"Amaste a justiça e aborreceste a iniquidade; por isso, DEUS, o teu DEUS, te ungiu com óleo de alegria, mais do que a teus companheiros" (Hb 1.9).

Na Bíblia, o azeite da unção era usado somente para consagração de pessoas de grande poder, tais como reis (1 Sm 10.1; 16.13), sacerdotes (Lv 8.30) e profetas (1 Rs

19.16; Is 61.1). Também eram unguidos com óleo os escudos dos ilustres guerreiros, numa demonstração de honra (2 Sm 1.21; Is 21.5).

O tabernáculo e seus móveis foram também unguidos (Êx 30.22-33), e os enfermos eram muitas vezes unguidos com azeite, para que sua fé aumentasse e seus pecados fossem perdoados (Mc 6.13; Tg 5.14,15). Mas parece que o óleo usado na unção dos enfermos não era o mesmo da "santa unção" (cf. Êx 30.31,32). Neste caso, a unção de homens e coisas não podia ser feita com qualquer tipo de óleo, e sim com um óleo especial chamado "azeite da santa unção" (Êx 30.31).

Metaforicamente, é chamado "óleo fresco" (Sl 92.10), "óleo precioso" (Sl 133.2), "excelente óleo" (Am 6.6), "óleo de alegria" (Sl 45.7). O óleo, portanto, tomado neste sentido simboliza o ESPÍRITO SANTO como "unção especial" para os salvos em CRISTO - que quer dizer também "ungido". Em Atos 10.38, o ESPÍRITO SANTO é retratado como aquele que consagrou a CRISTO com este tipo de unção especial: "Como DEUS ungiu a JESUS de Nazaré com o ESPÍRITO SANTO e com virtude; o qual andou fazendo o bem, e curando a todos os oprimidos do diabo, porque DEUS era com ele". E, em 1 Coríntios 1.21, Paulo afirma que quem nos capacitou para o desempenho de nossa missão foi DEUS. "O que nos ungiu é DEUS", disse o apóstolo. O ESPÍRITO SANTO, de fato, é a unção de DEUS em nossas vidas, tanto para aprender como para ensinar (Lc 4.18,19; 1 Jo 2.20,27). Sempre que alguém era unguido com óleo, as pessoas ao redor mantinham respeito e reverência. Era expressamente proibido por DEUS tocar em alguém que tivesse recebido a unção com óleo (2 Sm 1.21). O ESPÍRITO SANTO, portanto, torna-se nosso protetor, a garantia de que as forças do mal não nos tocarão.

7. Unção

"E vós tendes a unção do SANTO, e sabeis tudo... e a unção que vós recebestes dele, fica em vós..." (1 Jo 2.20,27).

Já tivemos a oportunidade de analisar o óleo como símbolo do ESPÍRITO SANTO. Agora, estudaremos este outro símbolo, que, evidentemente, alude à operação e influência do ESPÍRITO SANTO na vida dos crentes, ensinando as verdades mais profundas da Bíblia, ao mesmo tempo que dá a interpretação e significação de cada palavra nela inserida.

A unção desempenha grande papel na vida física das raças orientais, tal como o orvalho faz reviver a verdura das colinas. Assim também a influência curadora e suavizante do ESPÍRITO SANTO soprada sobre os filhos de DEUS, nos "guiando em toda a verdade" e ensinando "todas as coisas" concernentes a DEUS e sua Palavra".

8. Fogo

"E eu, em verdade, vos batizo com água, para o arrependimento; mas aquele que vem após mim é mais poderoso do que eu; cujas alparcas não sou digno de levar; ele vos batizará com o ESPÍRITO SANTO e com fogo" (Mt 3.11). O fogo é sinal da presença de DEUS.

As manifestações de DEUS algumas vezes faziam-se acompanhar pelo fogo (Êx 3.2; 13.21,22; 19.18; Dt 4.11), que tanto representa sua presença como sua glória (Ez 1.4,13), sua proteção (2 Rs 6.17), sua santidade (Dt4.24), seus juízos (Zc 13.9), sua ira (Is 66.15,16) e, finalmente, o ESPÍRITO SANTO (Mt 3.11; At 2.3; Ap 4.5).

No Antigo Testamento, a ordem divina era conservar o fogo aceso diuturnamente: "O fogo arderá continuamente sobre o altar; não se apagará" (Lv 6.13) - sinal evidente da presença de DEUS no meio do seu povo.

No Novo Testamento, a ordem divina é a mesma: "Não extingais o ESPÍRITO" (1 Ts 5.19). Numa outra tradução: "Não apagueis o ESPÍRITO". Em outras palavras, Paulo quer dizer que a chama do Pentecoste "deve arder em nossos corações todos os dias, até a consumação dos séculos". Fogo também pode significar batismo com o ESPÍRITO SANTO e recebimento de dons ao mesmo tempo, como no dia de pentecostes e em outras ocasiões quando recebiam o batismo e profetizavam.

9. Coluna

"E o Senhor ia diante deles, de dia numa coluna de nuvem, para os guiar pelo caminho, e de noite numa coluna de fogo, para os alumiar, para que caminhassem de dia e de noite. Nunca tirou de diante da face do povo a coluna de nuvem, de dia, nem a coluna de fogo, de noite" (Êx 13.21,22).

A coluna, seja como símbolo religioso, marco ou monumento, traz sempre a idéia de firmeza. Paulo, por exemplo, valeu-se dessa figura para representar a Igreja: "Escrevo-te estas coisas, esperando ir ver-te bem depressa; mas, se tardar, para que saibais como convém andar na casa de DEUS, que é a igreja de DEUS vivo, a coluna e a firmeza da verdade" (1 Tm 3.14,15).

Como símbolo do ESPÍRITO SANTO, a coluna fala da força espiritual mediante a qual a alma será eternamente abençoada, e, sendo de natureza divina como aquela que acompanhou o povo de DEUS no deserto, serve de proteção, iluminação e orientação. O ESPÍRITO SANTO é tudo isso e muito mais, com relação à Igreja. Ele foi posto por DEUS no edifício espiritual de CRISTO, que é sua Igreja, para segurança, ornamentação e beleza. A nuvem da glória de DEUS, em dado momento, quando Israel estava em extremo perigo, "se retirou de diante deles, e se pôs atrás deles... e a nuvem era escuridade para aqueles, e para estes esclarecia a noite: de maneira que em toda a noite não chegou um ao outro" (Êx 14.19,20). Podemos observar nesta passagem a ação imediata de DEUS, mudando de posição a coluna que guiava o seu povo, retirando a nuvem de "diante" deles e pondo-a "atrás" deles.

A manobra divina deu versatilidade à nuvem: "... era escuridade para aqueles [os egípcios], e para estes [os israelitas] esclarecia a noite". O ESPÍRITO SANTO também assumiu a posição de "divisor" da santidade que separa a Igreja do mundo, de tal maneira que durante toda a trajetória da Igreja nesta Terra, "não chegou um ao outro".

A coluna de nuvem acompanhou Israel através do deserto e um dia desapareceu na fronteira de Canã, ao atingirem a margem oriental do Jordão. O povo foi, então, orientado a espalhar-se em volta da arca da aliança, num raio de 914 metros, para contemplar mais facilmente o símbolo guia da glória de DEUS flutuando nos ombros dos sacerdotes. Agora, o povo não seguia mais a coluna de nuvem (ela havia desaparecido!), e sim a arca da aliança do Senhor. Assim também acontecerá com o ESPÍRITO SANTO, no dia do arrebatamento da Igreja. Ele terá cumprido sua missão, entregando a Noiva nos braços de CRISTO - a Arca divina. CRISTO, então, a conduzirá à sala do banquete nupcial (Ct 2.4; Mt 25.6,10).

10. Penhor

"Ora, quem para isto mesmo nos preparou foi DEUS, o qual nos deu também o penhor do ESPÍRITO" (2 Co 5.5).

O vocábulo "penhor", do grego arrabon, significa "primeira prestação", "depósito", "garantia". Indica o pagamento de parte do preço total da compra. Esta "primeira prestação" recebida é a regeneração. O valor total será complementado com os pagamentos intermediários - a santificação - e o pagamento final - a redenção do nosso corpo (cf. Rm 1.4; 8.23; Tt 3.5). O ESPÍRITO SANTO que, mediante a Palavra de DEUS e por todos os meios da graça, nos capacita a atingir a glória eterna, transformando-nos "de glória em glória na mesma imagem, como pelo ESPÍRITO do SENHOR" (2 Co 3.18), é evidentemente a nossa garantia.

11. Selo

"O qual também nos selou e deu o penhor do ESPÍRITO em nossos corações" (2 Co 1.22).

O uso mais comum do selo, na antigüidade, era na autenticação de documentos, cartas, títulos de propriedade e recibos de mercadoria ou dinheiro.

Após deixar a mensagem em escrita cuneiforme, o escriba pedia que o remetente e as testemunhas removessem de seus pescoços os próprios selos cilíndricos, que eram rolados sobre a argila ainda mole, servindo de assinatura. As leis romanas, por exemplo, somente aceitavam um testemunho se estivesse selado com "sete selos" e confirmado por "sete testemunhas".

Nas Escrituras, o selo traduz vários significados e aplicações:

GARANTIA (Gn 38.18)

JURAMENTO (Jr 22.24)

CONFIRMAÇÃO (Jo 6.27)

JUSTIÇA E FÉ (Rm 4.11)

AUTENTICIDADE (1 Co 9.2)

FUNDAMENTO (2 Tm 2.19)

SEGURANÇA (Mt 27.66; Ap 20.3)

IRREVOGABILIDADE (Et 8.8; Dn 6.17)

PROMESSA (Ef 1.13)

REDENÇÃO (Ef 4.30)

MISTÉRIO (Ap 5.1)

VIDA (Ap 7.2)

PRESERVAÇÃO (Ap 9.4)

O selo, como figura do ESPÍRITO, traduz para a Igreja todas as vantagens mencionadas acima e muito mais. O ESPÍRITO SANTO sela a Igreja (Ct 4.12), a lei do Senhor (Is 8.16), o coração (Ct 8.6), a visão e a profecia (Dn 9.24) e os crentes para o dia da redenção (2 Co 1.22; Ef 1.13; 4.30; 2 Tm 2.19). Fomos selados com o selo da promessa, que nos dá a garantia de pertencermos somente a DEUS.

12. Vinho

"E o vinho que alegra o coração do homem, e faz reluzir o seu rosto como o azeite, e o pão que fortalece o seu coração" (Sl 104.15).

Esta figura do ESPÍRITO SANTO é pouco usada pelos escritores. Entretanto, sem dúvida alguma, também se reveste de significação especial.

Para o povo hebreu, o vinho e a vinha são usados para representar a prosperidade e a bênção. Possuir uma vinha próspera era sinal evidente do favor divino. Também era considerada uma dádiva de DEUS ao homem: "E lhe darei as suas vinhas dali, e o vale de Açor, por porta de esperança: e ali cantará como no dia da mocidade, e como no dia em que subiu da terra do Egito" (Os 2.15).

JESUS afirmou ser "a videira verdadeira", e comparou o Pai, Senhor dos homens e DEUS do Universo, a um proprietário de vinha (Jo 15.1). O fruto da vide, que é o vinho, ilustra a alegria que existe entre os salvos; o cálice fala da comunhão que temos, promovida pelo ESPÍRITO SANTO "derramado em nossos corações". Paulo cita-a como "a comunhão do ESPÍRITO SANTO" (2 Co 13.13).

No dia de Pentecoste, em Jerusalém, as pessoas de fora acharam que os discípulos estavam "cheios de vinho" (At 2.13). Pedro, então, explicou-lhes que aquilo era alegria do ESPÍRITO SANTO. Em outras palavras, eles não estavam embriagados com vinho, mas cheios do ESPÍRITO SANTO!

13. Pomba

"E o ESPÍRITO SANTO desceu sobre ele em forma corpórea, como uma pomba; e ouviu-se uma voz do céu que dizia: Tu és meu filho amado, em ti me tenho comprazido" (Lc 3.22).

Difícilmente tal simbolismo seria associado a João Batista. Ele era um profeta de grande poder. Sua mensagem produzia sempre o choro, e não o riso. Era mesmo uma mensagem de arrependimento. Suas palavras, de fato, faziam doer: víboras, pedras, machado, pá, fogo, deserto, ira, fuga etc.

De outro lado, porém, João Batista era meigo e cheio de compaixão. Era "cheio do ESPÍRITO SANTO, já desde o ventre de sua mãe" (Lc 1.15); entretanto, sobre ele repousava a unção divina em sua plenitude.

João Batista viu o ESPÍRITO descer do céu como pomba e pousar sobre JESUS (Jo 1.32). Manso, terno, puro e inofensivo como uma pomba: assim Ele é Como pomba, o ESPÍRITO SANTO pode ser assustado ou entristecido (Ef 4.30). E, como a pomba é o símbolo universal da paz, também o ESPÍRITO SANTO promove a paz nos corações dos homens.

Dizem os naturalistas que a pomba não tem fel. Assim também o ESPÍRITO SANTO - nEle não existe amargura!

Alguns intérpretes opinam que o ESPÍRITO foi representado na forma "corpórea" de uma pomba pelos seguintes motivos:

- a. Sua ternura e apego ao homem. Que mostra como DEUS encaminha pacientemente os homens à realização de sua potencialidade espiritual.
- b. Sua gentileza. DEUS trata conosco de modo positivo e completo, embora com grande gentileza.
- c. Seu vôo gentil e a ternura para com os filhotes. O ESPÍRITO SANTO é benigno - sempre.
- d. Pelas virtudes singulares que representa. Por exemplo, a pureza e a inocência. Nos escritos judaicos, quando o ESPÍRITO SANTO aparece "pairando" sobre a face das

águas é expressamente comparado a uma pomba. Simboliza a natureza calorosa e revivificadora da terceira Pessoa da Santíssima Trindade (Gn 1.2).